

# SMARTWOOD

PRACTICAL CONSERVATION THROUGH CERTIFIED

Proc. n°	1376/96
Fls.	1823
CM	
FORESTRY	

Richmond, 10 de abril de 2001

Associação Indígena Bep-Noi de Defesa do Povo Xikrin do Catete

Prezados Senhores,

Temos o prazer de lhes informar que concluímos a revisão do relatório SmartWood para a certificação da Terra Indígena Xikrin do Catete, elaborado com base na avaliação de campo das práticas de manejo florestal adotadas por essa comunidade. Anexo estamos lhes enviando novamente o relatório completo de avaliação para fins de certificação. Obrigado por sua participação neste processo.

Os senhores já haviam recebido, e tiveram oportunidade de analisar, a versão preliminar desse relatório que havia sido enviada anteriormente para seus comentários. O objetivo principal desta carta é lhes informar sobre as pré-condições finais que foram estabelecidas. Estas pré-condições têm que ser satisfeitas para que seja possível a concessão da certificação SmartWood. Queiram por gentileza examiná-las com atenção, pois nesta versão final foram introduzidas algumas alterações em relação à versão preliminar.

Estamos também lhes enviando a lista de condições que devem ser satisfeitas após sua empresa receber a certificação, porém dentro do período de até cinco anos para o qual é válida essa certificação. Após as pré-condições terem sido satisfeitas, essas condições serão finalizadas e apresentadas junto com o contrato a ser firmado entre a Terra Indígena Xikrin do Catete e a SmartWood.

Em resumo, o processo de certificação terá continuidade com a execução dos seguintes passos:

1. Juntamente com esta carta, a Terra Indígena Xikrin do Catete está recebendo a lista final de pré-condições que devem ser satisfeitas para que o processo de certificação seja levado adiante.
2. Após o cumprimento de todas as pré-condições, a Terra Indígena Xikrin do Catete deve informar a SmartWood e apresentar toda a documentação exigida nas pré-condições.
3. Em seguida, a SmartWood faz uma auditoria na Terra Indígena Xikrin do Catete para se informar da situação corrente e verificar se todas as pré-condições foram devidamente cumpridas.

Goodwin-Baker Building, 61 Millet Street, Richmond, VT 05477  
Telephone: 802.434.5491 Facsimile: 802.434.3116 E-mail: smartwood@ra.org

4. Caso a Terra Indígena Xikrin do Catete tenha cumprido integralmente as pré-condições, e todas as outras circunstâncias permaneçam favoráveis, a SmartWood firma um acordo contratual visando a concessão da certificação. Nesta oportunidade, é elaborada uma lista final de condições que, a partir dos elementos colhidos na auditoria, pode apresentar alguma variação em relação à lista de condições originais.
5. Após a certificação, a situação da empresa e o progresso por ela feito em relação ao cumprimento das condições estabelecidas para certificação vão ser avaliados anualmente através de inspeção de campo por representantes da SmartWood.

Caso Vs. Sas. necessitem de qualquer outro esclarecimento, queiram por obséquio entrar em contato comigo.

Atenciosamente,



Daphne Hewitt  
International Programme Associate  
SmartWood Headquarters  
61 Millet Street  
Richmond, Vermont 05477  
USA  
Tel: 802 - 434 - 5491  
Fax: 802 - 434 - 3116  
Email: [dhewitt@smartwood.org](mailto:dhewitt@smartwood.org)  
Website: [www.smartwood.org](http://www.smartwood.org)

## Pré-Condições e Condições – Terra Indígena Xikrin do Catete

10 de Abril, 2001

Proc. nº	1376/96
Fis.	1824
Rubrica	

### Pré-Condições

- Produzir uma lista atualizada com identificação da vizinhança de toda a reserva em mapa.
- Cumprir um ciclo de atividade, incluindo corte, transporte e venda da madeira, obtenção de receitas pela Associação Bep Noi, planejamento do aproveitamento do segundo ano, e compromisso de Asoc. Bep Noi para seguir com o manejo florestal a longo-prazo.
- Garantir receitas para cobrir os custos de manejo para, pelo menos, três anos.
- A ISA deve formular um plano escrito que detalhes de como trabalhará com os Xikrin no planejamento, monitoração e controle da caça na unidade de manejo.
- Elaborar um plano para promover a regeneração de espécies cuja regeneração natural é rara, e incorporar os custos associados nas estimativas de rentabilidade do projeto.

### Condições

- Melhorar os conhecimentos dos funcionários da Associação Bep Noi sobre P&C do FSC através de conversas e apresentações feitas pela ISA.
- Criar mecanismos e instrumentos mais eficientes para cobrar o cumprimento (ou o não-cumprimento) de seus acordos com a Companhia Vale do Rio Doce, de forma a ganhar mais autonomia (e responsabilidade direta) no controle e execução das tarefas acordadas.
- Produzir uma avaliação e mapeamento de possíveis impactos sociais de longo-prazo, especialmente os que podam resultar da abertura da nova estrada.
- Realizar levantamentos de fauna e biodiversidade na unidade de manejo, incluindo as áreas de proteção absoluta, e determinar se há populações ameaçadas ou em perigo de extinção. Determinar o valor das áreas atuais de proteção absoluta para a conservação da biodiversidade.
- Avaliar o impacto ambiental do manejo sobre recursos de fauna e de flora não madeireira na unidade de manejo.
- Projetar ciclos de corte com base em projeções de estoque e crescimento após a exploração.
- Elaborar um Anexo ao Plano de Manejo que:

- Documenta uma justificativa ecológica e silvicultural das prescrições do manejo,
  - Descreve como as prescrições de manejo vão melhorar ou restaurar a composição e estrutura da floresta, particularmente referente à ocorrência das espécies de alto valor comercial. Se as prescrições atuais não vão melhorar ou restaurar a composição, revisá-las como necessário e justificar as revisões,
  - Considera o risco de falha da regeneração natural de espécies com regeneração escassa e inclui medidas que contornem ou reduzam esses riscos,
  - Descreve um sistema para marcar pelo menos as árvores futuras a serem protegidas no momento da derrubada,
  - Fortalece a descrição sobre presença de fauna e potencial de uso de PFNM na unidade de manejo,
  - Caracteriza a caça na unidade de manejo florestal,
  - Apresenta estimativas da coleta sustentável de castanha e um plano específico de manejo da castanheira (cuja coleta é prevista a partir da abertura de estrada na área de manejo),
  - Incorpora diretrizes de uso dos principais PFNM e descreve como seu aproveitamento será coordenado com atividades de aproveitamento das espécies madeireiras.
- Elaborar um resumo público do plano de manejo
  - Elaborar planos de monitoração de:
    - Custos da extração e das práticas silviculturais,
    - Impactos ambientais incluindo solos e recursos hídricos,
    - Populações da fauna,
    - Coleta dos PFNM,
    - Impactos sociais do manejo.
  - Incorporar os custos de monitoração desses no plano de negócios.
  - Produzir guias técnicos para orientação de operários e empreiteiros, tanto na aplicação do plano de manejo, como na construção de estradas, incluindo orientações que tratam da conservação biológica.
  - Deixar de jogar lixo em buracos abertos próximos ao acampamento. Todos os desperdícios da CONCEL devem ser levados para fora do território dos Xikrin e descartados de uma maneira apropriada.
  - Avaliar o impacto ambiental da construção da nova estrada de acesso a Tucumã.
  - Realizar as consultas para determinar se a floresta da unidade de manejo corresponde a uma FAVC.
  - A Associação Bep-Nói deve fazer algum tipo de compromisso demonstrando seu apoio aos P&C do FSC

Proc. nº	1376196
Fls.	1825
Rubrica	

- Se os levantamentos de fauna e biodiversidade determinam que há outras áreas mais prioritárias para conservação absoluta na unidade de manejo, reconfigurar o sistema de áreas de conservação absoluta de acordo com as necessidades.
- Determinar que a unidade de manejo é considerada como FAVC, incorporar no plano de manejo medidas congruentes com tal condição.
- Implementar um plano para monitorar e controlar a caça na unidade de manejo (Prazo: 3 anos)

Proc. nº 1326/9  
Fis. 1726  
Rubrica



Programa SmartWood de Certificação Florestal  
REDE SMARTWOOD

sob. coordenação da Rainforest Alliance

EUA: 1. Millet Street - Richmond, VT 05477

Brasil: Av. Carlos Botelho, 853 sala 2 - Piracicaba, SP - 13516-145 - Brasil  
Tel/fax: 019 433 0234 / 422 6253 - e-mail: pcf@imaflora.org

RELATÓRIO DE CERTIFICAÇÃO FLORESTAL  
SMARTWOOD PARA:

Plano de Manejo Florestal  
Na Terra Indígena Xikrin do Catete  
Parauapebas - Para - Brasil

Relatório finalizado em: 19 Março, 2001

Data da Avaliação de Campo: 2 a 6 de outubro 2000

Equipe de Avaliação:

Javier Arce  
Paulo Barreto  
Marcelo Calazans  
Michael J. Kiernan

Confidencial

## INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados da avaliação independente para fins de certificação, conduzida por uma equipe de especialistas que representam o Programa SmartWood da Rainforest Alliance. O propósito desta ação é realizar uma avaliação dos aspectos ecológico, econômico e social do manejo florestal na Terra Indígena Xikrin do Catete à luz dos Princípios e Critérios do FSC, através dos Guias SmartWood para Avaliação do Manejo Florestal.

Este relatório apresenta: i) uma descrição geral da operação de manejo florestal e seu ambiente sócio econômico; ii) a metodologia aplicada pela equipe SmartWood; iii) uma avaliação de cada tema das Diretrizes Gerais para Avaliação do Manejo Florestal com base nos Critérios do Programa SmartWood, iv) notas, pré-condições e condições para a certificação do manejo florestal na Terra Indígena Xikrin do Catete.

O propósito do programa de SmartWood é reconhecer bons manejadores de florestas através de uma avaliação independente e da certificação. Operações de manejo que atingem a certificação do SmartWood podem usar o Selo SmartWood para fins de marketing e anúncios, bem como o selo do FSC - Forest Stewardship Council.

### 1.0 RESUMO GERAL

#### 1.1 Nome da Operação e Informações de Contato

##### Nome da organização encarregada das operações florestais -

Associação Indígena Bep-Noi de Defesa do Povo Xikrin do Catete  
Com assessoria do Instituto Sócio-Ambiental (ISA)

##### Endereço e localização do escritório central.

Associação Indígena Bep-Noi de Defesa do Povo Xikrin do Catete  
Reserva Indígena Catete  
Parauapebas, PA  
Brasil

Instituto Sócio-Ambiental  
Av. Higienópolis, 901  
São Paulo, SP  
Brasil

##### Nomes das pessoas encarregadas do manejo das operações florestais.

- *Planejamento e Coordenação Geral:*

Maximiliano Roncoletta - Engenheiro Florestal - ISA  
Cesar Gordon - Antropológico - ISA

Carlos Alberto Guerriero - Engenheiro Florestal - ISA (ate 6 de outubro 2000)

- *Técnicos Florestais - Coordenadores de Campo em Catete:*

Newton Hayden - Técnico Florestal - ISA  
Elehilton Izel - Técnico Florestal - ISA

Equipes de campo contam com:

Proc. nº	1376 pg 016
Fis.	1827
Rubrica	

Dois motoserristas e dois assistentes  
Kangore Xikrin - Indígena associado à equipe de manejo florestal

## 1.2 Informações Gerais

### A. Tipo de Operação

Manejo florestal em áreas naturais de floresta de terra firme na Terra Indígena Xikrin do Catete, Parauapebas, Estado do Pará, Brasil.

### B. Histórico (copiado do Plano de Manejo Florestal)

Até muito recentemente a sociedade Xikrin viveu isolada. Mesmo o entorno de sua área permaneceu praticamente sem nenhum tipo de ocupação até meados da década de 70. Esse isolamento, no entanto, acabou na década de 70, com a construção da rodovia estadual PA-279 que liga as cidades de São Felix do Xingu e Redenção, localizadas no Estado do Pará. Essa estrada, construída dentro do conjunto de obras integrantes do Programa Polo-Amazônia, teve como objetivo principal servir a implantação do programa Grande Carajás, de responsabilidade da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), localizada ao norte e a leste, em terras limítrofes à área Indígena Xikrin.

Com a estrada vieram a colonização, o desmatamento, as florestas dando lugar a grandes fazendas para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, a abertura de garimpos e a instalação de empresas madeireiras. O entorno da área Xikrin se transforma em pouco tempo numa região de conflito.

A partir de 1976 ocorreram várias invasões de madeireiras na área Xikrin, às quais os índios reagiram, até agressivamente. A partir de 1989, sem alternativas econômicas e pressionadas pelas madeireiras, lideranças Indígenas da comunidade Xikrin passam a assinar contratos com empresas madeireiras para a exploração de mogno em seu território. Esta exploração que se deu de forma intensa nos anos 89, 90 e 91, gerando desestruturação social, danos ambientais e aumento de doenças.

Inquieto com os resultados da exploração, a comunidade Xikrin solicita apoio e informações de várias fontes sobre exploração do mogno, possibilidades jurídicas para a anulação dos contratos com madeireiras, e alternativas econômicas capazes de gerar renda para a comunidade, sem os impactos negativos da exploração madeireira seletiva e predatória em andamento. Esse processo desencadeou uma interlocução sistemática entre a comunidade e, estas organizações passam a contribuir de forma permanente com assessoria técnica, jurídica e administrativa.

Em 1992 os Xikrin paralisam a exploração madeireira na área. Simultaneamente ao processo de interlocução que resultou na paralisação da exploração predatória, foram desenvolvidos estudos com a participação da comunidade incentivando a viabilização de alternativas econômicas sustentáveis da exploração dos recursos florestais da área. Em 1993 foi concluído o primeiro inventário florestal diagnóstico da Área Indígena Xikrin, direcionando principalmente para o conhecimento da cobertura florestal e do potencial madeireiro e da exploração da castanha-do-para. Resultaram do trabalho mapas da cobertura vegetal, hidrografia e definição das áreas passíveis de exploração de madeira e de castanha-do-para.

Neste mesmo período foram realizados estudos de mercado de madeira e de castanha-do-para, no nível regional, nacional e internacional, que demonstraram

a viabilidade econômica dessas atividades. Em março de 1995 os Xikrin criam a Associação Bep-Noi de Defesa dos Direitos da Sociedade Xikrin do Catete, para gerir a exploração, comercialização e administração dos recursos resultantes da utilização sustentável dos recursos florestais de sua área. O Estatuto desta associação, amplamente discutido pela comunidade, respeita a sua complexa organização social, contemplando a hierarquia por chefias, as divisões por categorias de idade e um dualismo complementar entre os gêneros.

No mês de Outubro de 1995 foi protocolado para a aprovação no Ibama de Brasília o Plano Inicial de Manejo Florestal da Terra Xikrin do Catete. Em 18/06/96 o Ibama/Funai publicam uma portaria conjunta, autorizando o Plano de Manejo Florestal na reserva Xikrin em caráter piloto.

A localização da área de manejo seria posteriormente alterada, devido a problemas técnicos encontrados na área inicialmente inventariada. Entre 1996 e 1997 foi realizado o inventário florestal 100% de uma nova área piloto de 1,413 ha, que gerou informações para a redação final do Plano de Manejo Florestal. Esta alteração do plano foi aprovada pela Superintendência do Ibama no Pará em 1997. Toda esta área somente pode ser explorada durante Agosto e Setembro 2000. A área total de manejo florestal foi estimada em 44,000 ha, aproximadamente 10% da área total da terra Xikrin. O ciclo de corte foi estabelecido em 30 anos, o que representa a exploração anual de aproximadamente 1,467 ha. Com o objetivo de ampliar a área aprovada do Plano de Manejo, em 1999 foi realizado o inventário diagnóstico de uma nova área de 23,685 ha, localizada de forma contígua aos 1,413 ha do primeiro talhão de explorada.

#### C. Latitude e Longitude da Operação Florestal

A área total de manejo florestal se estima em 44,000 ha localizados aproximadamente 6.15'.20" de latitude sul e 50.47'25" de longitude oeste.

#### D. Escopo da Avaliação:

O Escopo desta avaliação compreende a área florestal de manejo de 44,000 hectares.

#### E. Estrutura Administrativa

A empresa Associação Indígena Bep-Noi de Defesa do Povo Xikrin do Catete e o corpo legal autorizado a fazer o manejo florestal na Terra Indígena Xikrin. O Instituto Socioambiental faz o trabalho de manejo na Terra Indígena baixo acordo com a Associação, o qual não se envolve muito nos trabalhos diários, deixando ao Instituto operar livremente. O Instituto consegue a aprovação da Associação na tomada de decisões importantes.

### 1.3 Sistema de Manejo Florestal

#### A. Tipo de Floresta; História do Uso da Terra e Direito de Posse

O projeto está localizado em uma região de encontro de vários tipos florestais, incluindo florestas abertas dominadas por cipós e por palmeiras (Babaçú); florestas densa montana e sub-montana. Na área do projeto predomina floresta aberta, com as seguintes medidas para as árvores acima de 15 cm de diâmetro: área basal de cerca de 13 m<sup>2</sup> por hectare e volume de madeira igual a 114 m<sup>3</sup> por hectare. Foram encontradas na área do projeto 129 espécies arbóreas, sendo 56 com potencial para produção de madeira. As espécies comerciais com maior volume foram a cedrorana (*Cedrelinga catenaeformis*), amescla (*Protium*

Proc. nº	1376198
Fis.	1727
pg.	5
Rubrica	<i>[assinatura]</i>
mogno	( <i>Swietenia macrophylla</i> )

*Leptaphyllum*), inharé (*Helicostylis pedunculata*),  
Itauba (*Mezilaurus itauba*).

O povo indígena Xikrin coleta um grande número de produtos da floresta, incluindo fibras, frutos e produtos para produção de remédio. A floresta é também usada para a caça, uma das principais atividades do povo Xikrin. A partir da década de 1970 a Terra Indígena Xikrin (TI) passou a ser pressionada por empresas madeireiras devido a abertura de estradas na região. Em 1976 os Xikrin reagiram a invasões de suas terras por madeireiros. No entanto, os Xikrin passaram a comercializar mogno com empresas madeireiras da região em 1989. A exploração foi intensa entre os anos de 1989 e 1991. Segundo mapas preparados pela ISA usando imagens de satélite e visitas decampo, houve exploração de toda a porção oeste e sul da TI.

Parte da comunidade Xikrin, abalada por doenças e desestruturação social, reagiu contra a exploração desordenada da TI. A partir do início dos anos 1990, com apoio de uma antropóloga que se relacionava com o grupo por muitos anos, os Xikrin buscaram alternativas econômicas baseadas no uso sustentável dos recursos naturais e a paralisação da exploração predatória. Em 1992 a exploração desordenada foi paralisada e iniciou-se o processo para elaborar um plano de manejo florestal. Em 1995 um plano de manejo foi protocolado para licenciamento no Ibama (Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis)

A princípio, a exploração madeireira em TI seria ilegal de acordo com o Estatuto do índio. Depois de várias discussões com as autoridades relacionadas a questão indígena (Deputados, Funcionários da Fundação Nacional de Assistência ao Índio - FUNAI), o plano de manejo florestal da TI Xikrin foi autorizado em 1996 pelo Ibama e FUNAI.

#### B. Tamanho das áreas florestais em comparação às áreas de produção e áreas de conservação e/ou recuperação

A TI Xikrin do Cateté mede 439,000 ha, dos quais cerca de 44,000 serão destinados ao manejo. O plano de manejo já aprovado pelo Ibama é de cerca de 1400 ha. Há um plano de manejo de cerca de 23 mil ha preparado para ser submetido em outubro de 2000. Um plano para o restante da área de manejo ainda não estudada (cerca de 21 mil ha) será elaborado a partir da venda da madeira das áreas manejadas. Três áreas, somando 2,4 mil ha, foram destinadas a reserva absoluta (nenhum tipo de uso) dentro da área de manejo. Isso equivale a cerca de 5,4% da área que será destinada ao manejo. Além dessa área, as margens de rios e igarapés (entre 10 e 30 m) não serão exploradas pois são Áreas de Preservação Permanente de acordo com o Código Florestal Brasileiro. Essas áreas ainda não foram quantificadas, mas são demarcadas nos mapas.

#### C. Contexto da paisagem regional

A TI Xikrin é localizada em uma região de transição entre florestas abertas e florestas densas. A TI fica na região central entre dois importantes rios (Xingu e Araguaia). A TI é cercada por fazendas de gado a oeste, sul e norte da TI graças a existência de três Florestas Nacionais (Flona) nestas áreas. O rio Itacolumas, afluente do Tocantins, separa a TI de duas das Flonas.

Na Flona Carajás, localiza-se a maior mina de ferro do mundo explorada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A CVRD e os Xikrin têm contrato de cooperação pelo qual a CVRD se compromete a apoiar projetos econômicos (por

exemplo, o plano de manejo florestal) e prover serviços e infra-estrutura para os Xikrin.

Ao sul da TI passa a rodovia estadual que liga os municípios de Xinguara e São Félix do Xingú. Nos últimos 15 anos a paisagem mudou drasticamente nessa região. Após a abertura da estrada, empresas madeireiras abriram extensas estradas secundárias para explorar mogno em terras devolutas e terras indígenas. Essas estradas e planos oficiais de colonização têm atraído colonizadores que formam fazendas para criação de gado. As taxas de desmatamento e os índices de focos de calor (Hot pixels) nos municípios em torno da TI Xikrin, têm sido dos mais altos da Amazônia nos últimos anos. Os solos da região são em geral pobres (podzólicos vermelho amarelo e litólicos), mas há uma mancha de terra roxa no município de Tucumã, ao sul da reserva nas margens da rodovia estadual. Há uma corrida para expansão da pecuária nesta região.

A exploração predatória tem reduzido drasticamente os estoques de mogno na região. Segundo depoimento de líderes Xikrin, os estoques de mogno estão acabando mesmo nas outras TI. Várias das madeireiras operando em Tucumã estão ociosas. Outras migraram para o oeste, rumo a cidade de São Félix do Xingú (nas margens do Rio Xingú) e Novo Progresso (nas margens da Rodovia Cuiabá Santarém) em busca de mogno. Estas empresas estão explorando mogno entre a rodovia e o Rio Xingú.

No futuro próximo, é muito provável que as áreas mantidas como florestas na região serão apenas as TI e as Flonas. Na região da TI Xikrin, existem outras dez TI entre a Rodovia Transamazônica (ao norte da TI Xikrin) e a região sul. A maioria delas está localizada a noroeste e a sudoeste da TI Xikrin. Portanto, a pressão para explorar madeira nas TI continuará alta.

#### D. Volume Anual de produção previsto e autorizado pelo Plano de Manejo

O plano de manejo autorizado prevê a exploração de mogno em 1400 ha e de outras espécies em uma área de cerca de 300 ha. A partir do ano 2001 serão explorados mogno e outras espécies totalizando cerca de 7200 m<sup>3</sup>/ano em cerca de 1400 ha por ano. O plano de manejo para a exploração a partir de 2001 ainda está sendo elaborado e será submetido ao Ibama em novembro de 2000.

#### E. Descrição Geral dos detalhes e objetivos do Plano de Manejo

##### *O plano de manejo*

O plano de manejo original (feito para 1.400 ha), aprovado em 1996, recomendava o sistema silvicultural "shelterwood" para a regeneração do mogno. Esse plano consistia em: explorar diversas espécies para abrir o dossel da floresta; esperar a formação de um banco natural de mudas de mogno a partir da abertura do dossel da floresta; explorar o mogno. Esse plano foi abandonado devido a falta de mercado para as espécies que deveriam ser exploradas no primeiro corte.

O plano atual, a ser submetido para aprovação em novembro de 2000, descreve o sistema silvicultural e indica potenciais medidas para estimular o crescimento e regeneração das espécies (por exemplo, corte de cipós e desbastes). O sistema é baseado em cortes seletivos policíclicos e na regeneração natural. O ciclo de corte seria de 30 anos.

Das 56 espécies madeireiras encontradas na área, 23 foram selecionadas para exploração considerando a viabilidade econômica. A colheita será conservadora,

Prot. n° 1376/96  
Fls. 1829  
23 espécies comerciais

cerca de 6 m<sup>3</sup>/ha de um total de 18 m<sup>3</sup> ha das árvores com diâmetro superior a 45 cm.

**A exploração**

A exploração é mecanizada seguindo um planejamento para reduzir os impactos, incluindo:

- Inventário pré-exploratório;
- preparação de mapa exploratório;
- desenho da exploração nos mapas;
- demarcação no campo das estradas, pátios e ramais de arraste, árvores a serem derrubadas;
- derrubada direcional usando motosserras;
- arraste das toras do interior da floresta para pátios de estoque usando um trator florestal de rodas (Skidder).

A primeira exploração, que está ocorrendo este ano, tem sido supervisionada pela ISA e executada por uma equipe contratada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Essa equipe foi treinada pela equipe da ISA. No entanto, a contratada não respeita totalmente as determinações da ISA. Por exemplo, o responsável pelo controle da exploração (quantificar e anotar o volume das toras), treinado pela ISA foi transferido da posição três vezes pela empresa. A cada troca a ISA tem sido obrigado a treinar um novo funcionário e algum tempo é perdido até a adaptação do novo funcionário.

O desempenho da empresa contratada para a construção da estrada também é problemático. O cronograma de execução está atrasado dificultando a extração da madeira. Essa situação pode estar relacionada a vários fatores: o arranjo gerencial é complicado dificultando a comunicação, a supervisão formal da construção é feita pela CVRD, que contratou a empresa, a equipe da ISA supervisiona informalmente a construção, mas tem baixo poder sobre as ações da empreiteira. Técnicos da ISA informaram que suas sugestões não são levadas em conta pela empreiteira ou pela CVRD. Além disso, este ano as chuvas começaram mais cedo do que esperado dificultando ainda mais a finalização do trabalho. O sucesso do manejo dependerá de um novo arranjo em que as operações de campo sejam melhores controladas pela equipe técnica responsável pelo manejo.

**A silvicultura**

Os tratamentos silviculturais seriam definidos de acordo com resultados dos estudos sobre desenvolvimento da floresta após a exploração. O crescimento da floresta será medido em parcelas permanentes a serem instaladas aleatoriamente na floresta. Veja sequência das atividades na Tabela 1.

Contudo, o plano não reconhece apropriadamente os riscos de falha da regeneração natural. Por exemplo, há uma baixíssima densidade de indivíduos jovens de mogno e a cedrorana, espécies importantes respectivamente em termos de valor e volume na área de manejo. Porém, nenhuma medida está planejada para garantir a regeneração destas espécies - por exemplo, o plantio nas clareias abertas. Será necessário aperfeiçoar o plano considerando essas limitações e como assegurar a regeneração destas e outras espécies de baixa regeneração natural.

Um ciclo de corte de 30 anos parece apropriado em termos de volume explorável. No entanto, é pouco provável que em 30 anos será possível explorar um volume similar de mogno ou cedrorana dado a baixa densidade de regeneração natural

avançada (por exemplo árvores com diâmetro entre 25 e 45 cm). O plano deverá ser aperfeiçoado para incluir uma projeção mais específica do potencial de exploração no segundo corte (30 anos após o primeiro corte).

Tabela 1: Sequência das atividades previstas para cada talhão do projeto Xikrin

Ano	Atividades
1	Censo das árvores comerciais. Instalação de parcelas permanentes. Corte de cipós em torno das árvores a serem derrubadas
2	Extração da madeira
3	Primeira medição das parcelas permanentes. Tratamentos silviculturais se necessário.
5	Segunda medição das parcelas permanentes.
10	Terceira medição das parcelas permanentes.
15	Quarta medição das parcelas permanentes.
20	Quinta medição das parcelas permanentes.
25	Sexta medição das parcelas permanentes.
29	Censo das árvores comerciais e corte de cipós em torno das árvores a serem derrubadas
30	Marcação das árvores a serem exploradas

#### 1.4 Contexto Ambiental e Sócio-Econômico

Desde meados da década de 70, quando da abertura da estrada PA-279 - diretamente relacionada aos interesses mineradores da Companhia Vale do Rio Doce - o território Xikrin tem sido pressionado por grandes latifúndios pecuaristas, garimpeiros, caçadores, coletores e, sobretudo a partir de 1976, madeireiros. Portanto, em apenas 20 ou 25 anos de contato mais intenso com os Kubem (modo de ser branco), a sobrevivência física e cultural dos Xikrin começa a ser seriamente ameaçada. A invasão ilegal de suas terras, a construção de estradas clandestinas de acesso à floresta, a extração do mogno sem qualquer critério ou cuidado ambiental, os "acordos" e harmonia de interesses entre madeireiros e fazendeiros pecuaristas vizinhos da reserva, a fragilidade dos contratos entre lideranças Xikrin e madeireiros, a ineficiência do Estado na garantia de suas atribuições constitucionais, a vizinhança a um mega-projeto minerador (ferro por mais 200 anos, além de ouro e manganês), são alguns dos elementos históricos, constitutivos do mosaico regional desde onde devem ser pensadas as condições de posse, controle e uso das terras e florestas dos Xikrin.

Resultante da interação dos diversos interesses (ou desinteresses) relacionados a cada um dos atores envolvidos, o cenário sul PA pressionava os Xikrin para uma exploração absolutamente insustentável de seus recursos florestais - economicamente inviável, pois os índios tinham enormes dificuldades em medir ou controlar o que realmente era extraído; socialmente injusto, pois os recursos advindos da venda da madeira não eram distribuídos para o conjunto da população Xikrin de forma equitativa; e ambientalmente inconseqüente, pois sem nenhum plano de manejo, talvez apenas um plano de extração e comercialização clandestina, o que envolvia uma sub-cadeia: quem extraía, quem transportava, quem serrava, quem comercializava, quem permitia. Neste sentido, quando decidem interromper (em 1992) a exploração madeireira em suas terras, os Xikrin interrompem um processo que já havia devastado as demais florestas da região, inclusive de parentes seus, os índios Gaviões. Tal decisão, se por um lado abria uma fecunda fissura para a desconstrução do

Proc. n°	1376196
Fls.	1830
Rubrica	Impunha aos Xikrin

"paradigma madeireiro tradicional", por outro lado, impunha aos Xikrin a urgência de novas alternativas de exploração de seus recursos florestais e território. Desde 1992, portanto, que os índios vêm dando sucessivos passos no sentido de um novo paradigma para a exploração de seus recursos florestais: criando ações ambientais indenizatórias (contra Ibama, Funai, madeireiras), realizando inventário florestal e estudos de mercado, debatendo o Estatuto das Terridades Indígenas (aguardando aprovação no Congresso Nacional desde 1994), contratando consultores.

A criação da Associação Bep-Nói (1995) representa um marco substancial, uma vez que toma para si a responsabilidade de construir alternativas sustentáveis de sobrevivência para todos os Xikrin, população indígena que ainda mantém seus singulares laços de parentesco, sua língua própria viva entre os mais jovens, seus ritos e valores específicos. Esse breve cenário coloca o horizonte desde onde se deve pensar o projeto de manejo florestal dos Xikrin.

### 1.5 Produtos Produzidos

#### A. Espécies e Produtos

A OMF esta programando inicialmente a utilização comercial de 25 a 30 espécies. As duas principais espécies são o mogno e a cedroarana. No começo, a OMF esta programando a venda da madeira em tora. Para 1000 M3 da produção no primeiro ano, a OMF entrou numa contratação de serviços para realização das atividades de serragem de toras, secagem em estufa da madeira serrada, embalagem e comercialização da madeira.

#### B. Volumes de Produção atual e potencial

Primeiro ano: 4.343,22 M3 madeira de toras  
Segundo ano em diante: 7.200 M3 madeira de toras

#### C. Descrição da capacidade de produção e processamento atual e futuro

A OMF tem capacidade de explorar os volumes notados acima. Atualmente não faz processamento, mais está previsto para o futuro.

#### D. Fontes de matéria prima/produto

Aproximadamente 1.413 hectares explorados cada ano, dentro da unidade de manejo de 14.000 hectares.

### 1.6 Cadeia de Custódia

#### A. Produtos a serem cobertos pela certificação de Cadeia de Custódia

Toras para serraria e laminação, lâminas e compensados. No futuro está prevista a comercialização de madeira serrada.

#### B. Quantidade anual aproximada de produto

Primeiro ano: 4.343,22 M3 madeira de toras  
Segundo ano em diante: 7.200, M3 madeira de toras

#### C. Código de Cadeia de Custódia:

VIA

## 2.0 O PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO

### 2.1 Datas da Avaliação

A avaliação foi realizada entre os dias 2 e x de outubro de 2000, e o relatório finalizado em x de xxxx. A primeira versão do relatório foi finalizada em 7 de dezembro de 2000.

### 2.2 Equipe de Avaliadores

A equipe multidisciplinar foi composta pelos seguintes membros:

Javier Arce, Eng. Florestal, Consultor  
Paulo Barreto, Eng. Florestal, Consultor  
Marcelo Calazans, Sociólogo, Consultor  
Michael Kiernan, Economista, SmartWood

### 2.3 Processo de avaliação

A avaliação completa para fins de certificação cumpre as seguintes fases: i) seleção da equipe de especialistas; ii) preparação dos especialistas com informações preliminares; iii) reunião de pré-avaliação dos especialistas; iv) visitas a campo e entrevistas; v) reunião de apresentação e debate das observações da equipe com os representantes da operação de manejo florestal (OMF); vi) reunião de pós-avaliação entre os especialistas; vii) versão 1.0 do relatório; viii) revisões internas; ix) consulta pós-auditoria com grupos de interesse; x) revisões externas; e xi) apresentação do relatório final.

Durante todo o processo, a equipe procura caracterizar o manejo florestal da OMF e situá-lo dentro da filosofia dos Princípios e Critérios do FSC à luz das "Diretrizes Gerais SmartWood para a Avaliação do Manejo Florestal", avaliando o componente econômico, social e ambiental. Neste estágio, o trabalho da equipe de avaliação baseia-se em 3 fontes de informações: i) aquelas fornecidas pela OMF; ii) aquelas evidenciadas nas visitas a campo; e iii) aquelas obtidas em entrevistas.

#### **Resumo das atividades desenvolvidas**

A equipe recebeu o plano de manejo da OMF a chegada em a Terra Indígena, contendo os principais dados sobre a história e produção florestal da OMF. Na Terra Indígena Xikrin foram realizados 3 dias de campo para a equipe conhecer a filosofia, diretrizes/normas e práticas de manejo, as características do ambiente envolvido, o estágio de desenvolvimento da operação e o contexto sócioeconômico e trabalhista da OMF.

As atividades de campo foram baseadas em entrevistas e visitas i) às áreas de operações florestais, e ii) às comunidades sob influência da OMF.

Foram realizadas reuniões com dois grupos de interesse incluindo a FUNAI e a empresa Brumila Norte Industrial Madeireira Ltda., comprador de uma porção da madeira a sair baixo o plano de manejo. A notícia da avaliação de certificação foi enviado também ao Dr. Garo Batmanian, pessoa de contato do FSC no Brasil.

Além das visitas e entrevistas, a equipe de especialistas reuniu-se todas as noites para discutir e integrar as informações colhidas durante o trabalho, e definir as prioridades e a agenda para o dia seguinte.

Proc. n° 1376/1961  
 Fls. 1831  
 Rubrica [assinatura]

**2.4 Guias e Padrões**

A avaliação foi realizada com base nos padrões para certificação de florestas naturais do SmartWood e nos Princípios e Critérios do FSC. Foram considerados também para consulta, os padrões nacionais do FSC que estão em fase de teste de campo atualmente.

**3.0 RESULTADOS, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

**3.1 Qualificação da OMF:**

A continuação, se apresenta um resumo da qualificação da OMF por Princípio das normas:

Princípio	Qualificação
1. Obediência às Leis e aos Princípios do FSC	2.89
2. Direitos e Responsabilidades de Posse e de Uso	5.00
3. Direitos dos Povos Indígenas	3.33
4. Relações Comunitárias e Direitos dos Trabalhadores	2.94
5. Benefícios da Floresta	2.55
6. Impacto Ambiental	2.64
7. Plano de Manejo	2.94
8. Monitoramento e Avaliação	2.59
9. Florestas de Alto Valor de Conservação	2.00
Promedio Total	2.99

**3.2 Decisão de Certificação**

O certificado da SmartWood assegura que a operação que possuo, realmente esta implementando um manejo florestal sustentável. Depois de revisar os critérios de avaliação da SmartWood e refletir sobre os pontos fracos e fortes de sua operação nos aspectos do manejo florestal, ambiental e da organização social, a equipe avaliadora considera que a TI Xikrin é uma excelente candidata para receber o selo SmartWood-FSC. A equipe recomenda que se outorgue a certificação da SmartWood quando cumprir com as pré-condições abaixo.

**3.3 Pré-Condições, Condições e Recomendações**

As pré-condições são ações que a operação florestal deve cumprir antes de ser certificada. As condições são ações que serão parte do contrato de certificação e que a OMF deverá cumprir nos prazos estabelecidos para cada condição. O não cumprimento de condições poderá gerar a decertificação da empresa.

Pré-Condições	Critério
Produzir uma lista atualizada com identificação da vizinhança de toda a reserva em mapa.	4.4.4
Cumprir um ciclo de atividade, incluindo corte, transporte e venda da madeira, obtenção de receitas pela Associação Bep Noi, planejamento do aproveitamento do segundo ano, e compromisso de Assoc. Bep Noi para seguir com o manejo florestal a longo-prazo.	5.1.1
Garantir receitas para cobrir os custos de manejo para, pelo menos, três anos.	5.1.1
A ISA deve formular um plano escrito que detalhes de como trabalhará com os Xikrin no planejamento, monitoração e controle da área da unidade de manejo.	6.2.5

Elaborar um plano para promover a regeneração de espécies cuja regeneração natural é rara, e incorporar os custos associados nas estimativas de rentabilidade do projeto.	7.1.2
Projetar ciclos de corte com base em projeções de estoque e crescimento após a exploração.	7.1.2

Condicionantes	Critério	Prazo
Melhorar os conhecimentos dos funcionários da Associação Bep Noi sobre P&C do FSC através de conversas e apresentações feitas pela ISA.	1.6.1	1 ano
Criar mecanismos e instrumentos mais eficientes para cobrar o cumprimento (ou o não-cumprimento) de seus acordos com a Companhia Vale do Rio Doce, de forma a ganhar mais autonomia (e responsabilidade direta) no controle e execução das tarefas acordadas.	3.1.2 7.5.5	1 ano
Produzir uma avaliação e mapeamento de possíveis impactos sociais de longo-prazo, especialmente os que podem resultar da abertura da nova estrada.	4.4.1	1 ano
Realizar levantamentos de fauna e biodiversidade na unidade de manejo, incluindo as áreas de proteção absoluta, e determinar se há populações ameaçadas ou em perigo de extinção. Determinar o valor das áreas atuais de proteção absoluta para a conservação da biodiversidade.	6.2.1 6.2.3 6.4.2	1 ano
Avaliar o impacto ambiental do manejo sobre recursos de fauna e de flora não madeireira na unidade de manejo.	6.1.1	1 ano
Elaborar um Anexo ao Plano de Manejo que: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Documenta uma justificativa ecológica e silvicultural das prescrições do manejo,</li> <li>• Descreve como as prescrições de manejo vão melhorar ou restaurar a composição e estrutura da floresta, particularmente referente à ocorrência das espécies de alto valor comercial. Se as prescrições atuais não vão melhorar ou restaurar a composição, revisá-las como necessário e justificar as revisões,</li> <li>• Considera o risco de falha da regeneração natural de espécies com regeneração escassa e inclui medidas que contornem ou reduzam esses riscos,</li> <li>• Descreve um sistema para marcar pelo menos as árvores futuras a serem protegidas no momento da derrubada,</li> <li>• Fortalece a descrição sobre presença de fauna e potencial de uso de PFNM na unidade de manejo,</li> <li>• Caracteriza a caça na unidade de manejo florestal,</li> <li>• Apresenta estimativas da coleta sustentável de castanha e um plano específico de manejo da castanheira (cuja coleta é prevista a partir da abertura de estrada na área de manejo),</li> </ul>	5.2.3 6.3.2 7.1.1.c 7.1.1.d 7.1.1.e 7.1.1.f 7.1.3 7.1.4 7.5.11	1 ano

Proc. nº 1376/96 / pg. 13  
 Fls. 18321  
 Rubrica [assinatura]

<ul style="list-style-type: none"> <li>incorpora diretrizes de uso dos principais PFNM</li> <li>descreve como seu aproveitamento será coordenado</li> <li>atividades de aproveitamento das espécies madeireiras.</li> </ul>		
Elaborar um resumo público do plano de manejo	7.4.1	1 ano
Elaborar planos de monitoração de:		
<ul style="list-style-type: none"> <li>Custos da extração e das práticas silviculturais,</li> <li>Impactos ambientais incluindo solos e recursos hídricos,</li> <li>Populações da fauna,</li> <li>Coleta dos PFNM,</li> <li>Impactos sociais do manejo.</li> </ul>	7.1.1.j 7.1.1.k 8.2.1 8.2.2.c	1 ano
Incorporar os custos de monitoração desses no plano de negócios.		
Produzir guias técnicos para orientação de operários e empreiteiros, tanto na aplicação do plano de manejo, como na construção de estradas, incluindo orientações que tratam da conservação biológica.	6.5.4 6.5.5	1 ano
Deixar de jogar lixo em buracos abertos próximos ao acampamento. Todos os desperdícios da CONCEL devem ser levados para fora do território dos Xikrin e descartados de uma maneira apropriada.	6.7.1	1 ano
Avaliar o impacto ambiental da construção da nova estrada de acesso a Tucumã.	6.1.2	1 ano
Realizar as consultas para determinar se a floresta da unidade de manejo corresponde a uma FAVC.	9.1	1 ano
A Associação Bep-Nôl deve fazer algum tipo de compromisso demonstrando seu apoio aos P&C do FSC	1.6.2	2 anos
Os levantamentos de fauna e biodiversidade determinam que há outras áreas mais prioritárias para conservação absoluta na unidade de manejo, reconfigurar o sistema de áreas de conservação absoluta de acordo com as necessidades.	6.2.3 6.4.2	2 anos
Determinar que a unidade de manejo é considerada como FAVC, incorporar no plano de manejo medidas congruentes com tal condição.	9.3	2 anos
Implementar um plano para monitorar e controlar a caça na unidade de manejo (Prazo: 3 anos)	6.2.5	3 anos

Recomendações	Critério
Melhorar a levantar o conhecimento dos Xikrin sobre aspectos do manejo e a certificação relacionados com as convenções internacionais.	1.3.2
Melhorar a qualidade de vida e trabalho dos moto-serristas e ajudantes. Indicadores de renda, seguro saúde, alimentação e moradia devem demonstrar não haver precarização do trabalho e da qualidade de vida.	4.2.1
Elaborar um "mapa de risco" junto com os trabalhadores florestais, identificar locais e operações mais arriscadas para a ocorrência de acidentes de trabalho.	4.2.2

Registrar do imediato, em local apropriado (relatórios ou comunicados de acidente de trabalho), de qualquer acidente que venha a ocorrer durante as operações de manejo.	4.2.3
Informar-se sobre as políticas e práticas da CONCEL (ou outra empreiteira contratada para fazer trabalhos de manejo) referente à organização dos trabalhadores. Recomenda-se também criar mecanismos (palestras, cartilhas da OIT, ação conjunta com sindicato) de informação para que os trabalhadores possam estar cientes de seus direitos.	4.3.1
Documentar os "desacordos" e conflitos oriundos da quebra de contratos.	4.4.2
Melhorar a qualidade dos mapas para facilitar os trabalhos de campo.	6.5.1
Acompanhar o mapa do zoneamento geral da Terra Indígena de um texto com metodologia e critérios para o zoneamento das áreas.	7.1.1.g
O gerente operacional do manejo deve ter maior autonomia sobre a equipe de trabalhadores de campo. A ISA, CVRD e Associação Bep-Noi devem chegar a um acordo sobre como fazer isso possível na próxima operação de exploração.	7.3.2
Aperfeiçoar o treinamento sobre derrubada. Usar cunhas que podem aumentar a segurança do corte e facilitar o controle da direção de queda.	7.5.9
Monitorar o desenvolvimento da regeneração nas áreas afetadas diretamente pela exploração (por exemplo, estabelecer parcelas permanentes em uma amostra das clareiras abertas pela exploração). Este sistema seria complementar ao sistema de parcelas permanentes aleatórias estabelecidas antes da exploração. Este sistema facilitará as projeções de crescimento da floresta no longo-prazo.	8.2.2.a
Determinar que a unidade de manejo é considerada uma FAVC, implementar dentro do sistema de monitoração do manejo, medidas específicas correspondentes a tal condição.	9.4

#### 4.0 CRITÉRIOS DE CERTIFICAÇÃO - EVIDÊNCIAS E NOTAS

Baseado no conteúdo e na análise de cada critério, uma nota foi definida de acordo com a Tabela 2. As definições a seguir são aplicáveis e a base de todas as avaliações de certificação:

- Pré-Condições - estes são requerimentos que a operação florestal candidata a certificação deverá atender antes da certificação.
- Condições - são requerimentos que a operação florestal candidata a certificação deverá atender durante o período de cinco anos da certificação, nos prazos estabelecidos
- Recomendações - estas são ações voluntárias sugeridas pela equipe de auditores que não são mandatórias.

Tabela 2. Guia para pontuar nível de performance e conformidade.

Nota	Descrição Geral (performance)	Pré-condições, Recomendações.	Condições e
N/A	Critério não aplicável	Não aplicável;	não utilizado na média de pontuação.
1	Performance extremamente fraca; extremamente desfavorável ou com falta de informação.	Pré-condições geralmente fortes;	necessárias e

Proc. n° 1376/96  
 Fls. 1833  
 Rubrica

	Performance fraca; melhorias necessárias	Quase sempre com pré-condições; condições se aplicam.
	Performance satisfatória	Condições opcionais; sem pré-condições.
	Performance favorável	Condições e recomendações opcionais.
	Claramente uma performance superior	Recomendações; sem condições.

Para critério abaixo, a equipe de avaliadores apresenta suas observações e análises, demonstrando onde são aplicáveis pré-condições, condições e recomendações.

**PRINCÍPIO #1: OBEDIÊNCIA ÀS LEIS E AOS PRINCÍPIOS DO FSC**

O manejo florestal deve respeitar todas as leis aplicáveis do país onde opera, os tratados e acordos internacionais assinados por este país, e cumprir com todos os Princípios e Critérios do FSC.

Todas as operações devem demonstrar um compromisso, tanto em suas políticas quanto em suas práticas, para com os P&C de Manejo Florestal do FSC, o documento central do FSC. A certificação SmartWood também deve estar de acordo com as leis nacionais, estaduais e locais. O objetivo do processo de certificação não é verificar o cumprimento com as obrigações legais; está é uma obrigação das instituições governamentais. Apesar disso, o SmartWood deve checar com órgãos do governo e outros grupos de interesse para verificar se uma operação está cumprindo com os requerimentos legais de maneira responsável e, em certos casos, as avaliações de campo podem ser uma boa forma de ajudar as operações a melhorarem a qualidade do seu cumprimento das disposições legais. Finalmente, em alguns casos é possível a aplicação de convenções e tratados internacionais, como o caso das espécies ameaçadas de extinção sob a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Silvestres em Perigo de Extinção (CITES). Durante o processo de avaliação, os auditores do SmartWood são responsáveis por mencionar o que eles percebem como conflitos entre leis, P&C do FSC e tratados e convenções internacionais. Isto raramente tem resultado na prática. Entretanto, na existência destes conflitos, sua resolução pode envolver a operação candidata, o SmartWood e/ou o FSC (ou sua autoridade ou pessoa de contato no país).

Nota Princípio: 2.89

1.1 O manejo florestal deve respeitar todas as leis nacionais e locais e os requerimentos administrativos.

Nota Critério: 3

1.1.1 - As entrevistas com funcionários públicos e outros grupos de interesse e as observações no campo indicam que o a OMF cumpre com as legislações nacionais, estaduais e locais relacionadas ao ambiente, às florestas e ao trabalho (os padrões nacionais devem incluir aqui uma lista com leis relevantes para assegurar sua verificação).

Na avaliação não houve o não-cumprimento das leis por parte da OMF.

Nota: 3

1.1.2 - Quaisquer problemas relacionados ao cumprimento de leis por parte da OMF estão sendo resolvidos de maneira eficiente com as autoridades governamentais apropriadas.

A ISA demonstra-se capaz de trabalhar conjuntamente com a Associação Bep-Nói para resolver os problemas que possam surgir da maneira adequada e legal.

Nota:	3
-------	---

1.2 Devem ser pagos todos os encargos aplicáveis e legalmente requeridos, como licenciamentos, taxas, honorários e outros.

Nota Critério:	3
----------------	---

1.2.1 - A OMF está em dia com o pagamento de taxas locais, direitos de exploração de madeira, honorários, encargos e outros.

A OMF está em dia com o pagamento de todas as suas obrigações.

Nota:	3
-------	---

1.3 Nos países signatários, devem ser respeitadas as disposições de todos os acordos internacionais legalmente vinculantes, tais como CITES, Convenções da OIT, ITTA e Convenção sobre Biodiversidade.

Nota Critério:	3
----------------	---

1.3.1 - Para grandes operações, a OMF está consciente das convenções internacionais aplicáveis e fornece orientações para que as atividades de campo cumpram com os objetivos de tais mecanismos, incluindo CITES, Convenção sobre Biodiversidade e Convenções 87 e 98 da OIT (os padrões locais identificarão os acordos internacionais dos quais o país é signatário, ou o escritório central do SmartWood fornecerá uma lista dos acordos internacionais aplicáveis).

N/A por no ser uma operação grande.

1.3.2 - Para pequenos e médios empreendimentos, a OMF toma conhecimento sobre convenções internacionais aplicáveis antes ou durante a avaliação para certificação, e concorda em fornecer orientações aos seus funcionários e contratistas para que as operações de campo cumpram com os objetivos dos acordos aplicáveis.

Os funcionários da ISA possuem conhecimento de convenções internacionais que podem afetar a OMF. Os funcionários da Associação Bep-Nói não parecem ter esse conhecimento, entretanto, parece razoável assumir que no futuro algumas dessas convenções possa vir a afetar a OMF (p.e. Apêndice II de CITES para mogno), ISA a discutiria com os Xikrin e se chegaria a fazer os ajustes necessários no Plano de Manejo, etc.

Nota:	3
-------	---

Recomendações	Começar a levantar o conhecimento dos Xikrin sobre aspectos do manejo e a certificação relacionados com convenções internacionais.
---------------	--

1.3.3 - A OMF demonstra empenho em cumprir com os requerimentos, objetivos e noções dos acordos aplicáveis.

Ver item anterior.

Nota: 3

1.4 Os conflitos entre leis, regulamentos e os Princípios e Critérios do FSC devem ser avaliados para os fins de certificação, caso por caso, pelos certificadores e partes afetadas.

Nota Critério: 3

1.4.1 - Os conflitos entre leis, P&C do FSC e tratados ou convenções internacionais são identificados.

Não foi identificado nenhum conflito entre leis, regulamentos e os P&C do FSC.

Nota: 3

1.4.2 - Os conflitos entre os requerimentos do FSC e as leis são resolvidos através de consultas com a pessoa de contato do FSC no país (caso exista), o certificador credenciado ao FSC ou a OMF, de acordo com o necessário.

N/A

1.5 As áreas de manejo florestal devem ser protegidas da exploração ilegal, assentamentos e outras atividades não autorizadas.

Nota Critério: 3

1.5.1 - Para grandes operações, um sistema de monitoramento com inspeções formais periódicas está documentado e em funcionamento.

Os Xikrin controlam bem as atividades e seu território. Ainda que não exista um plano escrito de monitoramento dos territórios, fazem monitoramento regular e proíbem, efetivamente, a exploração ilegal, assentamentos e outras atividades não autorizadas.

Nota: 3

1.5.2 - Os assentamentos, migrações, caça e extração de madeira ao longo das estradas de exploração são controlados.

Ver item anterior.

Nota: 3

1.5.3 - Existem poucas ou nenhuma evidência sobre a ocorrência de atividades não autorizadas nas áreas de manejo florestal.

Na avaliação não se percebeu evidência sobre a ocorrência de atividades não autorizadas na área de manejo florestal.

Nota: 3

1.6 Os responsáveis pelo manejo florestal devem demonstrar um compromisso de longo-prazo de adesão para com os Princípios e Critérios do FSC.

Nota Critério:	2.33
----------------	------

1.6.1 - A OMF demonstra claramente o apoio a longo-prazo aos P&C do FSC (ex.: através de apresentações públicas, compromissos verbais por parte da diretoria ou outras ações).

Os funcionários de ISA demonstram claramente conhecimento e apoio a longo-prazo aos P&C do FSC, porém, os funcionários da Associação Bep-Nói não aparentam ter muito conhecimento sobre os mesmos.

Nota:	2
Condições	Melhorar os conhecimentos dos funcionários da Associação Bep Noi sobre P&C do FSC através de conversas e apresentação feitas pela ISA. (Prazo: 1 ano)

1.6.2 - Nas grandes operações, existe um compromisso escrito por parte da OMF. Operações de outros tamanhos também são incentivadas a fazer isto.

Nota:	2
Condições	A Associação Bep-Nói deve fazer algum tipo de compromisso demonstrando seu apoio aos P&C do FSC. (Prazo: 2 anos)

1.6.3 - A OMF concorda que não irá implementar atividades que tenham conflitos óbvios com os P&C do FSC em outras áreas florestais que não sejam as submetidas à presente avaliação.

Os Xikrim pretendem fazer manejo florestal na área designada em seu território. Não pretendem implementar atividades que tenham conflitos com os P&C do FSC em outras áreas de seu território.

Nota:	3
-------	---

## PRINCÍPIO #2: DIREITOS E RESPONSABILIDADES DE POSSE E USO

A posse e direitos de uso de longo-prazo da terra e dos recursos florestais devem ser claramente definidos, documentados e legalmente estabelecidos.

A experiência indica que o manejo florestal consistente de longo-prazo somente ocorrerá se os responsáveis pelo manejo florestal estiverem seguros de que as áreas florestais continuarão como florestas e quando exista clareza em relação aos direitos e responsabilidades dos responsáveis diretos pelo manejo florestal e de outros usuários. Apesar de que muitas partes podem ter um papel nisto, o objetivo desta seção é assegurar que a operação florestal candidata esteja tomando todas as medidas realísticas sob seu controle para proteger e manter a floresta a longo-prazo, e resolvendo conflitos com seus vizinhos e outros usuários da floresta. Em alguns casos, isto significa proteger a floresta de ameaças de formas de uso da terra incompatíveis ou do mal uso por outros usuários da floresta (e.g. caça, roubo de madeira). Em outros casos, as operações florestais podem tomar medidas proativas para melhorar a conservação da floresta, através de negociações cautelosas e controlando o manejo conjunto ou acesso aos recursos florestais junto a comunidades locais individuais. A

Próc. n° 1376196  
Fls. 1835  
Rubrica: *[assinatura]*

existência de conflitos graves com a comunidade local, não resolvidos ou mal resolvidos, pode se constituir em um obstáculo para a certificação.

Nota Princípio: 5

2.1 Devem ser demonstradas evidências claras sobre os direitos de uso de longo-prazo dos recursos florestais da terra (por exemplo, títulos de terra, direitos consuetudinários ou contratos de arrendamento).

Nota Critério: 5

2.1.1 - A posse da terra é clara e legalmente estabelecida.

Os direitos de uso de longo-prazo estão evidenciados em mais de um documento oficial: a demarcação física de 1981; o decreto presidencial n.º 384 de 24 de Setembro de 1991; o registro em cartório da Comarca de Parauapebas, Pará; a certidão n.º 02/94 na Delegacia do Patrimônio da União, Pará.

Nota: 5

2.2 As comunidades locais com direitos legais ou consuetudinários devem manter controle sobre as operações florestais, na medida necessária para proteger os seus direitos ou recursos, a menos que deleguem o controle para outras entidades, de forma livre e consciente.

Nota Critério: 5

2.2.1 - Os direitos legais ou consuetudinários/tradicionais das comunidades locais para possuir, manejar ou utilizar os recursos florestais (madeireiros e não madeireiros) foram formalmente reconhecidos, documentados em acordos escritos se necessário, e respeitados.

A Associação Ben-Ná, criada em 1995 mantém o controle sobre as operações florestais, voluntariamente assessorada por técnicos da ISA. Os índios participaram ativamente do inventário, estão envolvidos diretamente na gestão da floresta contra invasões de coletores de palmito e madeireiros. Todos os 20 famílias, como seus assessores mais imediatos, como também os índios mais jovens demonstram entender o projeto e monitoram de perto a conclusão da estrada, para a extração final e transporte da madeira. A relação entre a Associação Ben-Ná e os técnicos da ISA demonstra ser uma parceria livre e consciente, sem sobreposição de funções ou estatutos.

Os direitos legais dos Xikrin, de posse, manejo e uso de seus recursos florestais madeireiros e não madeireiros estão reconhecidos e documentados desde o reconhecimento formal e oficial da reserva, conforme critério 2.1 acima.

Nota: 5

2.2.2 - É dado ou oferecido para as comunidades o acesso controlado aos produtos florestais madeireiros e não madeireiros, com base em acordos legais ou mecanismos locais tradicionais de longo-prazo.

N/A

2.3 Devem ser utilizados mecanismos apropriados para a resolução de reivindicações e direitos de uso da terra. As circunstâncias e a situação de quaisquer disputas pendentes serão explicitamente consideradas na avaliação de certificação. Disputas de magnitude substancial, envolvendo um número significativo de interesses, normalmente irão desqualificar uma atividade para a certificação.

Nota Critério:	N/A
----------------	-----

2.3.1 - Os conflitos sobre recursos com proprietários de terras adjacentes ou outros usuários são resolvidos ou estão sendo trabalhados de forma sistemática e legal.

N/A, por não existir atualmente conflitos com vizinhos.

2.3.2 - Em grandes operações, a colheita florestal de larga escala ou outras atividades do manejo florestal com escala semelhante devem ser antecipadamente descritas para as comunidades afetadas, através de reuniões públicas, cartas ou outros tipos de comunicação.

N/A

2.3.3 - As operações de larga escala começam somente após os conflitos serem resolvidos ou após todas as tentativas razoáveis para resolver os problemas terem sido feitas.

N/A

### PRINCÍPIO #3: DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Devem ser reconhecidos e respeitados os direitos legais e consuetudinários dos povos indígenas de possuir, usar e manejar suas terras, territórios e recursos.

O tratamento justo dos povos indígenas é uma das lutas básicas do FSC e do Programa SmartWood. Entretanto, para alcançar tal justiça, é necessário primeiro ter clareza sobre quais grupos constituem "povos indígenas". A seguinte definição foi aceita pelo FSC:

"Os atuais descendentes dos povos que habitaram, total ou parcialmente, o território atual de um país na época quando pessoas de uma cultura ou origem étnica distinta chegaram lá vindos de outras partes do mundo, os subjugaram e através de conquistas, assentamentos e outros meios os reduziram a uma condição não dominante ou colonial; quem atualmente vive mais de acordo com seus costumes e tradições sociais, econômicos e culturais particulares do que com os do país do qual agora fazem parte, sob uma estrutura estatal que incorpora principalmente as características nacionais, sociais e culturais de outros segmentos da população que sejam predominantes."

Se existe alguma dúvida sobre se um grupo pode ser qualificado dentro desta definição, por favor entre em contato com o SmartWood.

Nota Princípio:	3.33
-----------------	------

3.1 Os povos indígenas devem controlar o manejo florestal em suas terras ou territórios, a menos que deleguem o controle, de forma livre e consciente, para outras entidades.

Proc. n°	1376/96
Fls.	1836
Assinatura	<i>[Assinatura]</i>

Nota Critério:	3
----------------	---

3.1.1 - Os direitos consuetudinários/tradicionais dos povos indígenas de possuir, manejar ou usar os recursos florestais (madeireiros e não madeireiros) estão documentados por escrito ou são evidentes para os dois lados através de acordos verbais claros.

Conforme evidenciado nos discursos dos diversos interlocutores entrevistados, caciques e lideranças indígenas, técnicos da ISA, da Funai, da Cia. Vale do Rio Doce, como também nos textos escritos analisados (Plano de Manejo - 2. Objetivos e Justificativas; Programa de Vigilância), qualquer genealogia do projeto Xikrin de manejo florestal, que interrogue por sua origem e finalidade, se depara com a radical complexidade do exercício de controle indígena sobre seu território e sobre o uso de sua floresta.

Embora consistente e "documentado por escrito" (decreto presidencial n.º 384 de 21 de dezembro de 1991), ainda que registrado em cartório de Parauapebas, ou mesmo com certidão na Delegacia do Patrimônio da União (PA), o efetivo controle dos Xikrin sobre suas terras e recursos florestais exige uma integração de políticas microeconomias, sociais, culturais e ambientais, que em muito ultrapassam a garantia formal jurídica. Sem dúvida que o reconhecimento do direito dos Xikrin sobre suas terras permite ações jurídicas e medidas coercitivas e preventivas da Funai e Polícia Federal - e os índios, mais de uma vez, demonstraram saber utilizar tais instrumentos - mas a temática do controle sobre suas terras e usos somente atinge sua complexidade e abrangência adequada quando inserida em seu singular contexto regional.

O direito de possuir, manejar e usar seus recursos florestais está como existência desde os fundamentos do próprio projeto Xikrin. O efetivo exercício destes direitos tende a se expandir, concomitante com o projeto de autonomia do ator índio.

Nota:	4
-------	---

3.1.2 - Os acordos com os povos indígenas, mencionados acima, são respeitados.

As condições contratuais envolvendo Xikrin e "brancos" não têm configurado acordos sólidos ou mesmo eficientes para os interesses indígenas. O "fazer respeitar" os mútuos acordos que estabelecem com Funai, Ibama, madeireiros, Vale do Rio Doce, empreiteiras construtoras, estado etc., isso tem exigido dos Xikrin e de suas lideranças, (como também da assessoria ISA e Funai), ações cotidianas e repetitivas de pressão, cobrança, negociação, conflitos.

Algumas evidências poderiam ser listadas: 1) a construção da nova farinha de mandioca, interrompida devido a "sumiço" do empreiteiro, endividado na região... 2) a construção das novas habitações de Djudjê-kô, em alvenaria, também interrompida... 3) a construção da estrada que liga as Aldeias à "área do projeto" de manejo, sob responsabilidade de uma empreiteira da Vale, a Concel, que prometeu 2 meses de obra e depois de mais de 100 dias... além do que a estrada acabada seria mais estreita... 4) a substituição de ajudantes da extração que já haviam sido treinados e capacitados para o projeto de manejo, por novos ajudantes sem qualquer treinamento ou conhecimento do projeto.

De qualquer forma, os acordos e contratos entre Bep-Nói e Vale nem sempre são cumpridos no prazo, ou o orçamento é extrapolado ou devem ser re-acordados no futuro, ou algum terceiro subcontratado falha com a Vale ou com os índios... o que implica em negociações cotidianas e desgastantes, pois de um lado a longa

espera dos índios e o desejo de conclusão imediata da obra, e de outro o longo e hierarquizado processo de decisão, desde a direção da Vale no Rio de Janeiro, até a execução da obra, pela Concel, em Cateté. Diálogo complexo e ainda não eficiente o suficiente para impedir a quebra de acordos.

Nota:	2
Condições	Criar mecanismos e instrumentos mais eficientes para cobrar o cumprimento (ou o não cumprimento) de seus acordos com a Companhia Vale do Rio Doce, de forma a ganhar mais autonomia (e responsabilidade direta) no controle e execução das tarefas acordadas. (Prazo: 1 ano)

**3.2 O manejo florestal não deve ameaçar ou diminuir, direta ou indiretamente, os recursos ou direitos de posse dos povos indígenas.**

Nota Critério:	4
----------------	---

**3.2.1 - Os povos indígenas não vêem as atividades da OMF como uma grande ameaça para os seus recursos ou direitos de posse.**

Ao contrário, as atividades da OMF não são vistas como ameaça, mas como possibilidade de bom uso e boa posse dos recursos florestais pelos Xikrin. Entre outras ações e usos de seus recursos, a atividade de manejo florestal se destaca por seu caráter piloto e experimental, no sentido de nela se construir um novo paradigma de exploração da madeira e produtos florestais não madeireiros presentes no território Xikrin.

Tal como observado nos discursos dos caciques e assessores da ISA e ainda na Funai, o projeto de manejo florestal dos Xikrin tem peso significativo para a sobrevivência futura desses índios e de sua floresta e forte impacto regional.

Nota:	4
-------	---

**3.2.2 - A OMF realiza ações explícitas para diminuir as ameaças aos recursos ou direitos de posse dos povos indígenas.**

O projeto de manejo foi planejado em área da reserva distante das aldeias, de forma que não interferisse na cotidianidade dos índios, conforme princípio 3, critério 5 dos padrões brasileiros de certificação terra firme.

Diretamente acessorados pela ISA, a Associação Bep-Nóí evidencia explícitas ações para diminuir as ameaças aos seus recursos e direitos de posse: pressionando a Funai para uma vigilância mais eficaz, acionando a Polícia Federal, criando uma equipe de vigilância e desenhando o melhor trajeto de defesa, de forma a monitorar as fronteiras mais frágeis, cobrando dos trabalhadores da Concel que não cacem, quando acampados em território Xikrin. São diversas as ações que evidenciam o cuidado da OMF no monitoramento e enfrentamento das ameaças "diretas".

Quanto às demais formas de ameaça, os Xikrin têm aprendido a defender seu território em pressões e negociações políticas, seja em Carajás, junto à Vale, em Marabá, junto à Funai, em Belém ou em Brasília, junto aos poderes legislativo, executivo e judiciário.

Nota:	4
-------	---

Proc. n°	1376196
Fls.	1837
Rubrica	

3.3 Os lugares de especial significado cultural, ecológico, econômico ou religioso para os povos indígenas devem ser claramente identificados em cooperação com esses povos, e reconhecidos e protegidos pelos responsáveis pelo manejo florestal.

Nota Critério:	3
----------------	---

3.3.1 - Os lugares de especial significado estão presentes nos mapas ou são identificados no campo.

Observa-se nos mapas o cuidado em demarcar os territórios das aldeias, e de coleta de babaçu, bem como localização de aldeias e acampamentos de gerações Xikrin anteriores. Originalmente caçadores e coletores, os Xikrin andavam por seus territórios durante os meses de verão, construindo acampamentos na floresta, diversificando a matriz alimentar. Hoje mais sedentários, com uma estrutura de aldeia menos transitória, o mapeamento dos territórios tradicionais de coleta e caça e acampamento é de fundamental importância para assegurar elementos básicos da cultura Xikrin.

Nota:	3
-------	---

3.3.2 - Nos casos em que a identificação definitiva é difícil, a OMF realiza esforços marcados para identificar os lugares especiais.

N/A

3.3.3 - Os lugares estão protegidos no campo.

N/A

3.4 Os povos indígenas devem ser recompensados pelo uso de seus conhecimentos tradicionais relacionados ao uso de espécies florestais ou à sistemas de manejo em operações florestais. Esta compensação deve ser formalmente acordada de forma livre e com o devido consentimento desses povos antes do início das operações florestais.

Nota Critério:	N/A
----------------	-----

#### PRINCÍPIO #4: RELAÇÕES COMUNITÁRIAS E DIREITOS DOS TRABALHADORES.

As operações de manejo florestal devem manter ou aumentar, a longo-prazo, o bem estar social e econômico dos trabalhadores florestais e das comunidades locais.

Espera-se que as operações certificadas sejam geralmente reconhecidas como bons vizinhos nas comunidades locais. Para operações pequenas isto pode ser relativamente simples, tal como com a operação cuidadosa de equipamentos de colheita florestal nas estradas locais, proteção de sítios históricos culturais e arqueológicos, ou relações positivas com proprietários de terras adjacentes. Para operações maiores, públicas ou particulares, geralmente as implicações são maiores. Tipicamente, as operações maiores terão que dar mais atenção às necessidades recreacionais locais, práticas de contratação que enfatizam o treinamento e participação da população local, e contribuições ou apoio aos serviços locais, tais como saúde e educação. Finalmente, dada a escala das grandes operações, suas atividades irão afetar uma área e um número maior de

peças; devido a isto, é importante que tais operações possuam um sistema para interação com o público sobre suas atividades de manejo florestal.

Nota Princípio:	2.94
-----------------	------

4.1 Devem ser dadas oportunidades de emprego, treinamento e outros serviços para as comunidades inseridas ou adjacentes à área de manejo florestal.

Nota Critério:	3
----------------	---

4.1.1 - As comunidades e residentes locais têm preferência na exploração e outras atividades de manejo florestal em relação a posse, manejo, treinamento, mão de obra e outros benefícios ou oportunidades.

As operações de manejo florestal em território Xikrin estão apenas recomeçando e ainda assim, quem tem realizado a extração são trabalhadores da mesma empreiteira contratada para a construção da estrada, a Concel. Os Xikrin preferem contratar trabalhadores em vez de fazer o trabalho do manejo diretamente eles. Uma pequena equipe da Concel de 2 moto-serristas, cada um com um ajudante, fazem o trabalho de corte e extração. Três técnicos da ISA supervisionam todas as operações e oferecem treinamento aos trabalhadores florestais.

A idéia de contratar os atuais trabalhadores da Concel para o projeto de manejo é interessante pois tanto os moto-serristas como os ajudantes já têm larga experiência com mogno e florestas de terra firme amazônica, como demonstram ter aprendido os "cuidados" demandados pelo plano de manejo: corte raso, seletivo, sinalização por placas etc. Habitantes das cidades vizinhas à reserva Xikrin, os trabalhadores florestais envolvidos no projeto de manejo identificam na ISA e na Associação Bep-Nói uma oportunidade de trabalho florestal diferenciado daquilo que experimentaram com todas as madeiras por que já passaram, e não foram poucas.

Nota:	3
-------	---

4.2 O manejo florestal deve cumprir ou exceder todas as leis e/ou regulamentações aplicáveis relacionadas à saúde e segurança dos funcionários e suas famílias.

Nota Critério:	3.25
----------------	------

4.2.1 - Os salários e outros benefícios (saúde, aposentadoria, indenizações, alojamento, alimentação) para funcionários a tempo integral e contratistas são justos e consistentes (não menor que) os padrões locais predominantes.

Ainda na Concel, os moto-serristas "tiram na carteira" R\$328,00 e mais hora-extra trabalhada, enquanto os ajudantes recebem R\$199,50 e hora extra. A rotatividade dos trabalhadores da empreiteira é bem elevada, o empregado mais antigo da empresa (entre os entrevistados) não passava de 4 meses, o tempo de construção da estrada.

Segundo os moto-serristas, em madeiras eles poderiam estar recebendo valores salariais mais elevados, porém sem registro em carteira de trabalho e em piores condições de trabalho. O alojamento em que estavam instalados era transitório e precário. Um refeitório que servia a alimentação de 60 homens e um pequeno ambulatório compunham o ambiente de trabalho na Concel.

Proc. n. 1346196  
 Fls. 1838  
 Rubrica

A expectativa dos trabalhadores florestais que farão parte do projeto de manejo dos Xikrin é que possam usufruir de melhores condições de trabalho, alimentação e moradia, em um padrão mais elevado que o atual, oferecido pela Concel.

Nota:	3
Recomendações	Melhorar a qualidade de vida e trabalho dos moto-serristas e ajudantes. Indicadores de renda, seguro saúde, alimentação e moradia devem demonstrar não haver precarização do trabalho e da qualidade de vida.

4.2.2 - As condições de segurança dos trabalhadores cumprem os requerimentos legais.

Escutando e observando os trabalhadores florestais entrevistados, não se evidenciou nenhuma ilegalidade nas condições de segurança dos trabalhadores. O uso de equipamentos de proteção individual, o exame médico quando da contratação dos trabalhadores, o transporte do acampamento à área do projeto, as condições de segurança estavam adequadas.

Nota:	4
Recomendações	Elaborar um "mapa de risco" junto com os trabalhadores florestais, identificando locais e operações mais arriscadas para a ocorrência de acidentes de trabalho.

4.2.3 - Se as taxas de acidentes forem documentadas (para operações maiores), esta não é mais alta que o normal.

Não foi verificada nenhuma ocorrência de acidente entre a equipe de manejo florestal, em operação dentro do projeto Xikrin, como também não se identificou a ocorrência de instrumentos de documentação de acidentes. A transição dos trabalhadores da Concel para o projeto de manejo exigirá um monitoramento por escrito da ocorrência de acidentes de trabalho.

Nota:	3
Recomendações	Registrar do imediato, em local apropriado (relatórios ou comunicados de acidente de trabalho), de qualquer acidente que venha a ocorrer durante as operações de manejo.

4.2.4 - Os equipamentos de segurança são utilizados na floresta.

Os trabalhadores florestais usavam capacetes com protetores faciais, protetores articulares, coletes "luminosos", calças protetoras para moto-serra e botas. Os equipamentos não eram cobrados e o uso era obrigatório e verificado pelos técnicos da ISA.

Nota:	3
-------	---

4.3 Devem ser garantidos os direitos dos trabalhadores de se organizarem e negociarem voluntariamente com seus empregadores, de acordo com as Convenções 87 e 98 da OIT.

Nota Critério:	3
----------------	---

**4.3.1 - Os trabalhadores têm liberdade para se organizarem e negociarem com seus empregadores, de acordo com a Convenção 87.**

Questionados a respeito de filiação ou representação sindical, os trabalhadores florestais do projeto não sabiam identificar o sindicato a que pertenciam. Alguns interrogavam por direitos trabalhistas, principalmente referente às "horas extras". Em algumas operações trabalhavam mais de 8 horas diárias e ainda trabalhavam durante o sábado, e questionavam o valor das horas extras recebidas da Concel. Contudo, não se organizavam nem negociavam com a empreiteira, por desconhecerem seus direitos. Como atitude preventiva, na contratação definitiva desses trabalhadores pelo projeto de manejo Xikrin, os direitos de organização e livre negociação devem estar assegurados.

Nota:	3
Recomendações	Informar-se das políticas e práticas da CONCEL (ou outra empreiteira contratada para fazer trabalhos de manejo) referente à organização dos trabalhadores. Recomenda-se também criar mecanismos (palestras, cartilhas da OIT, ação conjunta com sindicato) de informação para que os trabalhadores possam estar cientes de seus direitos.

**4.3.2 - A OMF não interfere com os trabalhadores ou com suas organizações que estejam coordenando ou implementando a negociação coletiva, de acordo com a Convenção 98.**

A OMF não tem interferido nessas atividades.

Nota:	3
-------	---

**4.3.3 - Estão sendo respeitadas outras convenções da OIT que sejam aplicáveis (consultar a OIT ou veja o documento da FITCM/IFBWW sobre "Padrões Sociais para Trabalhadores Florestais: A Aplicação de Convenções da OIT na Certificação Florestal" para uma lista de países e das Convenções fundamentais aplicáveis).**

A CONCEL aparenta respeitar convenções da OIT que sejam aplicáveis.

Nota:	3
-------	---

**4.4 O planejamento e as operações de manejo devem incorporar os resultados das avaliações de impacto social. Devem ser mantidos processos de consulta com a população e grupos diretamente afetados pelas operações de manejo.**

Nota Critério:	2.5
----------------	-----

**4.4.1 - Para grandes OMF, algum tipo de avaliação do impacto social foi ou será realizada e incorporada no planejamento e no manejo florestal.**

Foi realizada uma avaliação de impacto social para a escolha da unidade de manejo florestal, evitando a proximidade das atividades de manejo e o acampamento de trabalhadores com as aldeias Xikrin. Não empregar mão de obra indígena diretamente nas operações de extração também foi um cuidado relativo ao impacto social do projeto sobre a população indígena. A construção da nova estrada, próxima às áreas mais vulneráveis de "invasão" e os impactos sociais de longo-prazo do projeto de manejo merecem atenção mais acurada.

Proc. n° 1376/96  
 Fls. 1839  
 Rubrica

Nota:	3
Condições	Produzir uma avaliação e mapeamento de possíveis impactos sociais de longo-prazo, especialmente os que podem resultar da abertura da nova estrada. (Prazo: 1 ano)

4.4.2 - A OMF possui documentado por escrito os processos formais e/ou informais que utilizará para interagir ou consultar grupos de interesse e proprietários de terra adjacentes afetados durante e após o planejamento do manejo florestal.

Não se evidenciou nenhum grupo de interesse direta ou indiretamente afetado pelas atividades de manejo em curso. Apenas com a Vale e a própria Concel existe uma interação e documentada por acordos e contratos escritos, conforme Princípio 3, acima.

Nota:	3
Recomendações	Documentar os "desacordos" e conflitos oriundos da quebra de contratos.

4.4.3 - As organizações locais ou indivíduos afetados pelas atividades florestais têm a oportunidade de participar no planejamento do manejo florestal.

Conforme relatado anteriormente, a Associação Bep-Nói e as lideranças indígenas participaram do planejamento do manejo de seus recursos florestais, colaboraram decisivamente na realização do inventário, colaboram na segurança da floresta, participando diretamente das atividades em curso.

Nota:	3
-------	---

4.4.4 - A OMF mantém uma lista atualizada dos proprietários de terras adjacentes.

Não se constatou na OMF nenhuma listagem identificando os proprietários de terras adjacentes, notadamente os pecuaristas a oeste da reserva Xikrin. A identificação da vizinhança é elemento fundamental na defesa do território contra invasões, seja para caça, extração clandestina de madeira ou produtos florestais não-madeireiros.

Nota:	1
Pré-condições	Produzir uma lista atualizada com identificação da vizinhança de toda a reserva em mapa.

4.4.5 - As grandes OMF identificam os proprietários de terras adjacentes nos mapas.

N/A - ver item anterior.

4.5 Devem ser empregados mecanismos apropriados para resolver queixas e proporcionar compensação adequada no caso de perdas ou danos que afetem os direitos legais ou consuetudinários, propriedades, recursos ou meios de vida das populações locais. Devem ser tomadas medidas para evitar tais perdas e danos.

Nota Critério:	N/A
----------------	-----

N/A - por não terem populações locais afetadas pelo manejo florestal dos Xikrin. Os Xikrin mesmos tem mecanismos apropriados para resolver queixas dentro de seu povo.

#### PRINCÍPIO #5: BENEFÍCIOS DA FLORESTA

As operações de manejo florestal devem incentivar o uso eficiente dos múltiplos produtos e serviços da floresta para assegurar a viabilidade econômica e uma ampla gama de benefícios sociais e ambientais.

Em geral, a certificação do SmartWood está enfocada principalmente nas florestas e comunidades locais. A ênfase desta seção é sobre como maximizar o valor das operações florestais em relação às economias locais e como assegurar que as operações certificadas se mantenham economicamente viáveis ao longo do tempo. Os empreendimentos podem fracassar ou serem bem-sucedidos por várias razões. A certificação SmartWood pode ter um pequeno impacto sobre este aspecto. Não é função nem responsabilidade do SmartWood servir como um avalista financeiro de êxito para os investidores, grupos de interesse e outras partes. O nosso mandato é avaliar a viabilidade econômica da perspectiva de assegurar, o máximo possível, que a operação está realizando investimentos de longo-prazo adequados em relação ao manejo florestal, conservação e comunidades locais.

Nota Princípio:	2.55
-----------------	------

5.1 O manejo florestal deve se esforçar rumo à viabilidade econômica, ao mesmo tempo que leva em consideração todos os custos ambientais, sociais e operacionais da produção, e assegura os investimentos necessários para manter a produtividade ecológica da floresta.

Nota Critério:	1
----------------	---

5.1.1 - A receita obtida é suficiente para cobrir os custos de manejo florestal, como por exemplo, planejamento do manejo, manutenção de estradas, tratamentos silviculturais, saúde florestal a longo-prazo, monitoramento do crescimento e investimentos de conservação.

A situação financeira da OMF é precária e incerta. A OMF ainda não vendeu madeira nem teve receitas do manejo florestal. Não vender madeira este ano poderia levar os Xikrins a desistir do manejo florestal. Projeções financeiras feitas pela ISA indicam que a operação poderia ser viável com a venda de seis metros cúbicos de madeira por hectare, composta dos 25 a 30 espécies mais comerciais. Entretanto, a OMF vai continuar requerendo infusões de capital para cobrir os custos técnicos do manejo florestal.

Nota:	1
Pré-condições	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cumprir um ciclo de atividade incluindo o corte, transporte e venda da madeira, obter receitas pela Associação Bep Noi, planejamento do aproveitamento do segundo ano, e assegurar compromisso de Associação Bep Noi para continuar com o manejo florestal a longo-prazo.</li> <li>• Garantir receitas para cobrir os custos do manejo para, pelo menos, três anos.</li> </ul>

Proc. n.º 1376196  
Fls. 1840  
Rubrica

5.2 O manejo florestal e as operações de comercialização devem incentivar o uso otimizado e o processamento local da diversidade de produtos da floresta.

Nota Critério: 2,75

5.2.1 - A OMF busca o melhor e mais alto valor de utilização para cada árvore e espécie de madeira.

As toras a serem processadas ainda não foram extraídas da área de manejo. Inspeções na unidade de colheita demonstraram que a OMF deixa um mínimo de desperdício de árvores no bosque. Além disso, a OMF tem planejado realizar o processamento das toras em um local próximo a Aldeia Xikrin. No processamento pretende-se usar o máximo possível da tora.

Nota: 3

5.2.2 - A OMF incentiva a utilização comercial e para subsistência de espécies de plantas de ocorrência comum, menos conhecidas e menos usadas.

O plano de manejo contempla o uso de uma ampla variedade de espécies. Além disso, os Xikrins utilizam outros produtos madeireiros da mata para construção.

Nota: 3

5.2.3 - Os produtos florestais não madeireiros (PFNM) são considerados durante o uso e processamento da floresta.

Há também o uso de alguns PFNMs pelos Xikrins, mesmo assim, o mesmo não faz parte do plano de manejo.

Nota: 2

Condições	Anexar ao plano de manejo diretrizes dos principais PFNM e descrever como seu aproveitamento será coordenado com atividades de aproveitamento das espécies madeireiras. (Prazo: 1 ano)
-----------	--

5.2.4 - Sempre que possível, é dada preferência para o processamento local.

As projeções financeiras da OMF contemplam preferencialmente o processamento local, ainda que não tenha havido processamento da TI Xikrin.

Nota: 3

5.3 O manejo florestal deve minimizar os desperdícios associados com as operações de colheita e processamento local e evitar danos a outros recursos florestais.

Nota Critério: N/A

5.3.1 - Os centros de processamento da OMF minimizam o desperdício associado com a colheita ou processamento.

N/A - ver indicador 5.2.1

5.4 O manejo florestal deve se esforçar para fortalecer e diversificar a economia local, evitando a dependência de um único produto florestal.

Nota Critério:	3
----------------	---

5.4.1 - A OMF promove a diversificação e abertura de novos mercados e produtos (veja também o Critério 5.2).

As projeções financeiras da OMF contemplam a diversificação e abertura de novos mercados e produtos, mesmo assim, não se chegou a esta etapa ainda.

Nota:	3
Pré-condições	N/A

5.4.2 - Quando possível, a OMF apóia a agregação de valor local.

As projeções financeiras da OMF contemplam a agregação de valor local, mesmo assim ainda não se chegou a essa etapa na prática.

Nota:	3
Pré-condições	N/A

5.5 As operações de manejo florestal devem reconhecer, manter e, quando apropriado, incrementar o valor dos serviços e recursos florestais tais como bacias hidrográficas e recursos pesqueiros.

Nota Critério:	3
----------------	---

5.5.1 - As entrevistas com grupos de pesca e de recreação indicam um impacto neutro ou positivo sobre os recursos pesqueiros e outros recursos recreacionais.

N/A

5.5.2 - As observações de campo indicam níveis naturais e normais de siltagem e sedimentação nos cursos d'água ou perto deles.

Sim.

Nota:	3
-------	---

5.6 A taxa da colheita de recursos florestais não deve exceder níveis que possam ser sustentados permanentemente.

Nota Critério:	3
----------------	---

5.6.1 - O volume de corte anual foi determinado com base em estimativas de crescimento e incremento conservadores e bem documentados, e assegura que a taxa de colheita não ultrapassa níveis sustentáveis.

Ver 7.1.2 e 7.1.3.

5.6.2 - O volume de corte anual ou outros cálculos de colheita estão sendo respeitados na floresta.

Sim.

Proc. n° 1376196  
 Fls. 1841  
 Rubrica

Nota:	3
Condições	N/A

5.6.3 - As prescrições silviculturais estão sendo cumpridas (antes, durante e depois da colheita).

As inspeções feitas em uma área de aproveitamento indicam que as prescrições silviculturais estão sendo cumpridas, antes, durante e depois da colheita.

Nota:	3
-------	---

**PRINCÍPIO #6: IMPACTO AMBIENTAL**

O manejo florestal deve conservar a biodiversidade e os valores a ela associados, os recursos hídricos, os solos e ecossistemas e paisagens frágeis e singulares, e através disto, manter as funções ecológicas e a integridade da floresta.

A proteção ambiental e a conservação biológica no manejo florestal certificado incluem uma combinação de medidas proativas e de proteção. As medidas proativas incluem esforços para aumentar o valor da diversidade biológica no plano de paisagem das terras sob manejo ou atividades de restauração. As medidas de proteção irão dar ênfase em assegurar que todos os funcionários e contratistas estejam cientes das áreas sensíveis e que tomem medidas para evitar problemas. A certificação requer que os responsáveis pelo manejo florestal ponham atenção sobre a proteção ou restauração de ecossistemas ameaçados (como por exemplo áreas de várzea), conservação de espécies ameaçadas/em risco de extinção e o uso de químicos com uma abordagem de precaução.

Nota Princípio:	2.64
-----------------	------

6.1 A avaliação dos impactos ambientais deve ser completada - de acordo com a escala e intensidade do manejo florestal e caráter único dos recursos afetados -, e integrada aos sistemas de manejo. As avaliações devem incluir considerações no nível de paisagem assim como os impactos das instalações de processamento locais. Os impactos ambientais devem ser avaliados antes do início das operações impactantes no local da OFM.

Nota Critério:	2
----------------	---

6.1.1 - Foram realizadas avaliações ambientais durante o planejamento do manejo.

Ainda não ocorreu a avaliação ambiental propriamente dita. O plano de manejo inclui uma seção resumida relacionada com impactos ambientais pela qual se reconhece que esses impactos serão avaliados a partir de pesquisas sobre diversidade de plantas e animais com base nos levantamentos anteriores e posteriores ao aproveitamento. A informação até agora levantada está restrita ao recurso flora madeireira sendo quase inexistente em relação à fauna, flora não madeireira, solos e água.

Nota:	2
Condições	Avaliar o impacto ambiental do manejo sobre os recursos de fauna e flora não-madeireira na unidade de manejo. (Prazo: 1 ano)

6.1.2 - As avaliações ambientais ocorrem consistentemente antes das atividades de manejo florestal ou outras atividades impactantes.

Um aspecto que deve ser resolvido em relação a este critério se refere também à construção de uma nova rede de estradas, que será construído para dar acesso mais fácil dos produtos da unidade de manejo para a serraria em Tucumã. Esta nova rede de estradas não apresenta avaliações de impacto ambiental, mas está próximo a ser construído.

Nota:	2
Condições	Avaliar o impacto ambiental da construção da nova estrada de acesso a Tucumã. (Prazo: 1 ano)

6.1.3 - Os impactos ambientais das instalações de processamento locais são avaliados e controlados (por exemplo, resíduos, impactos de construção e outros).

N/A - Em relação aos impactos de instalações de processamento, pelas características desta operação, onde a transformação da madeira ocorrerá em uma serraria fora da unidade de manejo, os resíduos relacionados com as operações de aproveitamento só tem como fonte de emissão a utilização de um trator skidder, de onde não se esperam maiores impactos sobre os recursos hídricos e solo.

6.2 Devem existir medidas para proteger as espécies raras, as ameaçadas e as em perigo de extinção, assim como seus habitats (ex.: áreas de nidificação e alimentação). Devem ser estabelecidas zonas de conservação e proteção, de acordo com a escala e intensidade do manejo florestal e o caráter único dos recursos afetados. Devem ser controladas a caça, pesca, captura e coleta inapropriadas.

Nota Critério:	2.2
----------------	-----

6.2.1 - As espécies e os ecossistemas ameaçados, raros ou em perigo de extinção são claramente tomados em conta durante todas as operações.

A equipe técnica do projeto não possui um conhecimento adequado sobre as espécies que estão ameaçadas e em perigo de extinção. No caso da fauna há se produzido algumas listas de espécies que vivem nessas florestas, mas ainda não iniciaram ações para conhecer status de conservação na unidade de manejo.

Nota:	2
Condições	Fazer levantamentos da fauna e biodiversidade na unidade de manejo, incluindo as áreas de proteção absoluta, e determinar se há populações ameaçadas ou em perigo de extinção. Determinar o valor das áreas de proteção absoluta atuais para conservação da biodiversidade. (Prazo: 1 ano)

6.2.2 - Não estão sendo exploradas espécies produtoras de madeira que constem de listas locais e/ou internacionais de espécies ameaçadas ou em perigo (ex.: Apêndice 1 da CITES, listas nacionais).

No caso de espécies madeireiras, reconhece-se que as que não puderam ser incluídas nas listas de espécies ameaçadas não existem. No caso do mogno, que atualmente se encontra no Apêndice 3 do CITES, há-se considerado práticas para

Proc. nº 1376/96  
 Fis. 1842  
 Rubrica

seu manejo (diâmetro mínimo, espécies matrizes, etc.) que se encontram dentro de um enfoque de práticas cuidadosas ou de cautela.

Nota: 3

6.2.3 - As zonas de conservação são preferivelmente um bloco contíguo, apesar de que pode haver uma série de pequenos blocos interligados por corredores de fauna tão largos quanto a altura das copas de uma floresta madura da região.

Três zonas de conservação absoluta (com área combinada de 2,438 hectares) representam aproximadamente 6% da área total da unidade de manejo (44,000 hectares). As três zonas são separadas e não-contíguas. O plano de manejo não inclui justificativa da seleção dessas áreas para conservação absoluta. Os técnicos da ISA indicam que foram selecionadas por possuir um relevo mais elevado e acidentado do que o resto da unidade de manejo.

Nota: 2

Condições	Fazer levantamentos da fauna e biodiversidade na unidade de manejo, incluindo as áreas de proteção absoluta, e determinar se há populações ameaçadas de extinção. Determinar o valor das áreas atuais de proteção absoluta para conservação da biodiversidade. (Prazo: 1 ano)
	Se os levantamentos da fauna e biodiversidade determinam que há outras áreas mas prioritárias para conservação absoluta na unidade de manejo, reconfigurar o sistema de áreas de conservação absoluta de acordo com as necessidades. (Prazo: 2 anos)

6.2.4 - As áreas de conservação são demarcadas nos mapas e no campo, e as operações são cuidadosamente controladas nestas áreas.

As áreas de conservação absoluta e as zonas tampão ripárias estão marcadas no mapa da unidade de manejo. As mesmas não são marcadas no campo, uma vez que não seria prático fazê-lo.

Nota: 3

6.2.5 - A caça, pesca, captura e coleta de PFNM é controlada na floresta.

A prática da caça é uma atividade tradicional dos Xikrin e é realizada para subsistência. Aparentemente não lhes agrada que se estabeleçam restrições para caça, mas com a abertura de estradas para dar acesso a zonas de manejo florestal, há-se observado uma pressão maior sobre essas áreas, sobre as quais nem a ISA, nem a Associação BEP NOI estão exercendo controle. O controle é feito sobre os trabalhadores da empresa construtora de estradas, assim como das brigadas de aproveitamento, mas não sobre os Xikrins. Algo similar ocorre com o uso de Produtos Florestais Não-madeireiros (PFNMs).

Nota: 1

Pre-condições	A ISA deve formular um plano escrito que detalhe como se vai trabalhar com os Xikrin no planejamento, monitoração e controle da caça na unidade de manejo.
Condições	Implementar um plano para monitorar e controlar a caça na unidade de manejo. (Prazo: 3 anos)

6.3 As funções e valores ecológicos devem ser mantidos intactos, melhorados ou restaurados, incluindo:

- a) Regeneração e sucessão florestal.
- b) Diversidade genética, de espécies e de ecossistemas.
- c) Ciclos naturais que afetem a produtividade do ecossistema florestal.

Nota Critério:	2
----------------	---

6.3.1 - A justificativa ecológica e silvicultural das prescrições do manejo é bem documentada, como por exemplo, com dados de campo específicos para o local ou análises publicadas sobre a ecologia florestal (ex.: regeneração e sucessão) ou silvicultura, ou ainda, regulamentações governamentais.

No plano de manejo não há informação que justifique prescrições silviculturais. Portanto, espera-se coletar informações das parcelas permanentes de crescimento para identificar necessidades neste campo para o futuro. Um avanço é o convênio realizado com a EMBRAPA para desenvolver estudos de regeneração de mogno, sob diferentes intensidade de aproveitamento que está próximo de iniciar-se.

Nota:	2
Condições	Documentar uma justificativa ecológica e silvicultural das prescrições do manejo. (Prazo: 1 ano)

6.3.2 - As prescrições do manejo mantém, melhoram ou restauram a composição (ex.: número de espécies e diversidade) e estrutura da floresta.

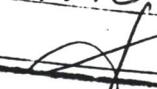
Pelo menos em dois casos de espécies importantes para o manejo: mogno (*Swietenia macrophylla*) e cedrorana (*Cedrelinga catenaeformis*), sobre as quais encontrou-se quase ausência de vegetação abaixo dos diâmetros mínimos de corte (<45 cm), não se identificam medidas silviculturais específicas que tendem a restaurar os povoamentos sob essas categorias diamétricas.

Nota:	2
Condições	Anexar ao Plano de Manejo uma descrição de como as prescrições de manejo vão melhorar ou restaurar a composição e estrutura da floresta, particularmente referente à ocorrência de espécies de alto valor comercial. Se as prescrições atuais não vão melhorar ou restaurar a composição, revisá-las como necessário e justificar as revisões. (Prazo: 1 ano)

6.4 Amostras representativas dos ecossistemas existentes na paisagem devem ser protegidos nos seus estados naturais e marcados nos mapas, de forma apropriada à escala e intensidade das operações e ao caráter único dos recursos afetados.

Nota Critério:	2.5
----------------	-----

6.4.1 - Para grandes OMF, amostras representativas dos ecossistemas existentes estão sendo protegidas, no seu estado natural, com base na identificação de áreas biológicas chave e/ou consultas com grupos de interesse ambiental, administração pública local e autoridades científicas (uma área de 10% é encorajada, mas não obrigatória).

Proc. nº	13+6/96
Fls.	1843
Rubrica	

N/A

6.4.2 - Para OMFs médias e pequenas, amostras representativas dos ecossistemas existentes estão sendo protegidas em seu estado natural dentro da floresta sendo avaliada ou em florestas próximas, com base na identificação de áreas biológicas chave e/ou consultas com a administração pública local ou outras autoridades científicas.

Ver 6.2.3. Em 1993 se realizou um macrozoneamento baseado em imagens de satélite em todo o território da Reserva dos Xikrin que identifica áreas para manejo florestal, áreas de valor cultural, de uso comunitários, de importância para caça, pesca etc. A partir dessas imagens identificou-se os ecossistemas florestais mais relevantes. Mesmo assim se reconhece que esta é uma primeira aproximação, na qual não se encontrou diferenças marcantes que permitam identificar variações de ecossistemas, como reconhecem os técnicos da ISA.

Nota:	2
Condições	Ver 6.2.1 y 6.2.3

6.4.3 - Considerações de conservação no nível de paisagem são observadas nas atividades de campo, nas ações de funcionários/contratistas e/ou na coordenação com proprietários de terras adjacentes, organizações de conservação ou órgãos de conservação do governo.

Não notou-se considerações sobre conservação ao nível de paisagem nas atividades de campo. Mesmo assim deve-se notar que a unidade de manejo vizinha com a Floresta Nacional Carajás ao leste, e que ao norte, sul e oeste a unidade vizinha com áreas florestadas da TI Xikrin. Neste sentido, a unidade de manejo é atualmente uma pequena parte de uma floresta muito maior em nível de paisagem.

Nota:	3
Condições	N/A

6.5 Dever ser elaboradas e implementadas diretrizes escritas para: controlar a erosão; minimizar os danos à floresta durante a colheita, construção de estradas e todos os outros distúrbios de ordem mecânica; e proteger os recursos hídricos.

Nota Critério:	2.8
----------------	-----

6.5.1 - Os mapas e planos de trabalho são produzidos em escala adequada para serem úteis para a supervisão do manejo dos recursos hídricos e edáficos e atividades de proteção e para facilitar o monitoramento destes no campo.

Existem os mapas necessários nos quais identificam-se meios de aproveitamento, pontos de estocagem de toras, estruturas de drenagem e zonas de proteção em cursos de água e numa escala adequada. Mesmo assim todos os mapas usados nas operações de aproveitamento devem ser corrigidos a partir de informações de campo por conterem uma série de erros.

Nota:	3
Recomendações	Melhorar a qualidade dos mapas para facilitar os trabalhos de campo.

6.5.2 - Os mapas topográficos especificam as áreas adequadas para a colheita durante todo o ano ou somente na estação seca; e indicam as localizações para as estradas de extração, pátios de toras, trilhas de arraste principais, estruturas de drenagem, zonas tampão para cursos d'água e estradas, e áreas de conservação.

Os mapas são adequados.

Nota:	3
-------	---

6.5.3 - Os mapas topográficos foram preparados antes que ocorram as atividades de colheita ou construção de estradas.

Sim.

Nota:	3
-------	---

6.5.4 - São dadas orientações claras para o pessoal de campo e contratistas, na forma de manuais escritos, políticas e treinamento para que eles compreendam e possam implementar o plano de manejo.

O pessoal de campo envolvido nas operações de campo é pouco e atuam sob orientação do técnico florestal encarregado dessas operações. As operações não escritas relacionam-se em sua maioria com proteção de igarapés, localização de árvores a serem derrubadas, direção da queda, manejo de mapas.

Nota:	3
Condições	Produzir guias técnicos para orientação de operários e empreiteiros, tanto na aplicação do plano de manejo como na construção de estradas, incluindo orientações que tratam da conservação biológica (Prazo: 1 ano)

6.5.5 - As orientações tratam das operações silviculturais, conservação biológica, especificações técnicas para as trilhas de arraste (localização, largura e densidade), projeto de estradas e estruturas de conservação, manuseio de químicos e outros.

As orientações não tratam da conservação biológica.

Nota:	2
Condições	Ver 6.5.4

6.5.6 - Os padrões para a construção, manutenção e fechamento de estradas são respeitados no campo.

Ver 7.5.5

6.5.7 - Não é colocado nenhum piso de estrada nos cursos de água.

Ver 7.5.7

6.5.8 - As superfícies das estradas são bem drenadas, as galerias de escoamento são grandes o suficiente para evitar a formação de poças e as estruturas de drenagem são eficazes.

Ver 7.5.8

Proc. n.º	1376/96	pg. 37
Fls.	1244	
Rubrica		

6.6 Os sistemas de manejo devem promover o desenvolvimento e a adoção de métodos não químicos ambientalmente adequados para o controle de pragas e se esforçarem para evitar o uso de pesticidas químicos. São proibidos os pesticidas classificados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como tipo 1A e 1B e pesticidas a base de hidrocarbonos clorados; os pesticidas persistentes, tóxicos ou aqueles cujos derivados permanecem biologicamente ativos e são cumulativos na cadeia alimentar, além dos estágios para a sua intenção de uso; e quaisquer outros pesticidas banidos por acordos internacionais. Se forem usados produtos químicos, deve ser providenciado o uso de equipamentos e treinamento apropriado para a minimização dos riscos para a saúde e para o meio ambiente.

Nota Critério:	N/A
----------------	-----

A OMF não usa produtos químicos em nenhuma de suas fases da operação.

6.7 Os produtos químicos, embalagens, resíduos líquidos e sólidos não orgânicos, incluindo combustíveis e óleos, devem ser descartados de maneira ambientalmente adequada em locais fora da área da OMF.

Nota Critério:	3
----------------	---

6.7.1 - Os produtos químicos, embalagens, resíduos líquidos e sólidos, das operações florestais ou instalações de processamento, são descartados de maneira ambientalmente adequada e legal.

Os resíduos provêm fundamentalmente dos acampamentos da companhia construtora CONSEL, a qual usualmente informa que enterra todos os desperdícios, sólidos e líquidos, a 500 metros de distância da estrada. Nota-se, porém, que a CONSEL também jogava lixo num buraco próximo do acampamento.

Nota:	3
Condições	Deixar de jogar lixo em buracos abertos próximos ao acampamento. Todos os desperdícios da CONCEL devem ser levados para fora do território dos Xikrin e descartados de uma maneira apropriada (Prazo: 1 ano)

6.8 O uso de agentes de controle biológico deve ser documentado, minimizado, monitorado e estritamente controlado de acordo com as leis nacionais e protocolos científicos internacionalmente aceitos. O uso de organismos geneticamente modificados deve ser proibido.

Nota Critério:	N/A
----------------	-----

6.9 O uso de espécies exóticas deve ser cuidadosamente controlado e monitorado para evitar impactos ecológicos adversos.

Nota Critério:	N/A
----------------	-----

6.10 Não deve ocorrer a conversão de florestas para plantações ou tipos de uso não florestal do solo, exceto em circunstâncias nas quais a conversão:

- a) Ocorre em uma porção muito pequena da unidade de manejo florestal; e,
- b) Não ocorre em áreas de florestas de alto valor de conservação; e,

- c) Possibilitará benefícios de conservação claros, substanciais, adicionais, seguros e de longo-prazo em toda a unidade de manejo florestal.

Nota Critério:	4
----------------	---

6.10.1 - Florestas primárias, primárias degradadas ou secundárias maduras não são cortadas pelos atuais responsáveis pelo manejo florestal para a criação de plantações florestais.

Não existe a intenção de promover o estabelecimento de plantações nas áreas atualmente cobertas de florestas naturais. Todo o projeto é baseado na manutenção da floresta nas condições mais naturais possíveis.

Nota:	4
-------	---

#### PRINCÍPIO #7: PLANO DE MANEJO

Um plano de manejo - apropriado à escala e intensidade das operações - deve ser escrito, implementado e atualizado. Os objetivos de longo-prazo do manejo florestal e os meios para atingi-los devem ser claramente definidos.

O planejamento do manejo florestal deve ser visto como um processo e não só como um documento. O valor de um plano escrito é que ele melhora a compreensão da abordagem do manejo por todos os funcionários e outros observadores, além de facilitar a consistência frente a mudanças de pessoal, de proprietários de terras e outros. A escala e a localização são extremamente importantes para a determinação das expectativas em relação ao planejamento do manejo. A ausência de um plano de manejo florestal escrito, exceto em casos muito especiais, irá significar que uma operação não poderá ser certificada. Quais são esses casos especiais? Eles são:

1. Existência de documentação significativa que cobre a maioria dos, se não todos, os requerimentos de informação de um plano de manejo e virtualmente a única etapa restante é a compilação das informações e elaboração de um plano de manejo geral;
2. A simples finalização de um plano de manejo escrito não terá maiores impactos (positivos ou negativos, de acordo com a determinação do time de avaliação) sobre a qualidade das operações de campo em relação à silvicultura, práticas ambientais e socioeconômicas; e,
3. Existe um sistema geral de manejo florestal bem documentado que fornece orientações claras e consistência para as intervenções de manejo específicas para um local (ex.:o custo de um plano de manejo mais detalhado para as parcelas menores teria um impacto negativo sobre a viabilidade da operação ou a participação de pequenos proprietários de terra no manejo florestal sustentável).

Estas situações não eliminam a necessidade do planejamento do manejo florestal. Entretanto, no sistema do SmartWood, é essencial enfatizar que o desempenho no campo é mais importante que documentação e/ou sistemas de manejo. Isto não reduz a necessidade ou valor da documentação ou sistemas; a experiência indica que eles têm valor. A questão é uma de equilíbrio entre desempenho, documentação e sistemas. No SmartWood o desempenho real pode ser considerado como "o primeiro entre semelhantes".

Proc. nº	1346196
Fis.	1845
Rubrica	

O SmartWood espera que os planos de manejo para operações maiores sejam muito mais detalhados e sistemáticos do que aqueles para pequenos proprietários de terra, devido à limitações financeiras e o risco relativo de impactos ambientais negativos em função de diferenças de escala. Recentemente, foi desenvolvida uma maior compreensão sobre a importância de questões biológicas no nível de paisagem e este tópico tem uma importância crescente durante as avaliações do SmartWood, especialmente para médias e grandes áreas florestais públicas ou privadas. As questões relacionadas aos proprietários de terra adjacentes sempre são importantes, não importa qual a escala da operação, mas as expectativas em relação aos processos de consulta local, durante e após a fase de planejamento inicial, são claramente mais altas para as operações maiores. Alguns dos aspectos da interação com a comunidade e planejamento do manejo estão considerados na Seção 6.0.

O SmartWood não recomenda nenhuma abordagem silvicultural específica na seleção do sistema de manejo florestal (como seleção individual de árvores ao invés de corte por grupos, etc.). Ao invés disto, espera-se que os responsáveis pelo manejo de operações florestais certificadas equilibrem os objetivos de produção com os objetivos ambientais, considerando as vantagens e desvantagens de cada sistema de manejo florestal, e selecionando técnicas que mantenham ou recuperem os ecossistemas e ao mesmo tempo considerem as realidades sociais e econômicas. Todas as técnicas podem ser bem usadas ou abusadas.

Finalmente, das perspectivas do manejo florestal sustentável e da certificação, a experiência indica que é essencial a existência de sistemas de monitoração interna que proporcionem um controle de qualidade para as operações florestais, identifiquem os desafios operacionais e comuniquem sobre o sucesso ou fracasso das intervenções do manejo na resolução de problemas. Esta seção também faz ênfase sobre a determinação clara dos controles internos que cada operação de manejo florestal estabelece para assegurar o controle de qualidade.

Nota Princípio: 2.9

7.1 O plano de manejo e a documentação pertinente devem fornecer:

- a) Os objetivos do manejo.
- b) A descrição dos recursos florestais a serem manejados, limitações de caráter ambiental, tipos de uso e de posse da terra, condições sócio-econômicas e um perfil das terras adjacentes.
- c) Descrição do sistema silvicultural e/ou outro sistema de manejo, com base na ecologia da floresta em questão e nas informações obtidas através de inventários.
- d) Justificativa para a taxa anual de colheita e seleção de espécies.
- e) Disposições para a monitoração do crescimento e dinâmica florestal.
- f) Salvaguardas ambientais baseadas nas avaliações ambientais.
- g) Planos para a identificação e proteção de espécies raras, ameaçadas ou em perigo.
- h) Mapas descrevendo a base do recurso florestal incluindo áreas de proteção, atividades do manejo previstas e posse da terra.

i) Descrição e justificativa das técnicas de colheita e equipamentos a serem utilizados.

Nota Critério:	2.41
----------------	------

7.1.1 - O plano de manejo, ou seus anexos, incluem uma apresentação dos seguintes componentes:

Nota (Indicador):	2.45
-------------------	------

7.1.1.a - Os objetivos do plano de manejo

Os objetivos do manejo foram apresentados. Isso foi constatado em vários documentos referentes ao planejamento do manejo incluindo:

- plano aprovado pelo Ibama para uma área de 1.400 ha;
- plano escrito para nova área de 23.000 ha a ser submetido ao Ibama em outubro de 2000.
- documento de inventário diagnóstico para área de 23.000 ha;
- documento das parcelas permanentes para a área de 1.400 ha e
- mapa de zoneamento da Terra Indígena.

Nota:	3
-------	---

7.1.1.b - Situação da posse da terra

A situação da posse da terra é descrita no plano de manejo.

Nota:	3
-------	---

7.1.1.c - Descrição do recurso florestal (madeira e não madeireiros, tipos florestais e espécies de plantas e animais, incluindo observações sobre quantidade e qualidade)

O plano de manejo quantifica a flora madeireira e as castanheiras (*Bertolletia excelsa*). No entanto, apenas lista a fauna e o potencial de uso de espécies não-madeireiras.

Nota:	2
Condições	Anexar ao Plano de Manejo uma descrição com enfoque sobre presença de fauna e potencial de uso de PFMIs na unidade de manejo (Prazo: 1 ano)

7.1.1.d - Condições ambientais gerais e uso atual da terra

O plano descreve os tipos florestais e a história de uso da terra pelos Xikrin. Um mapa de zoneamento indica: áreas de perambulação dos índios; antigos sítios e áreas onde ocorreu exploração predatória do mogno. No entanto, as mudanças recentes de utilização da terra deveriam ser melhores documentadas. Essas mudanças têm decorrido de melhorias na infra-estrutura nas aldeias que parecem estimular o maior sedentarismo dos Xikrin. O sedentarismo pode levar a redução do ciclo de pousio da agricultura e maior pressão sobre a caça. As características da caça na área de manejo não foram descritas e avaliadas.

Nota:	2
Condições	Elaborar um anexo ao Plano de Manejo que caracteriza a caça

Proc. n° 1376196 pg. 41  
 Fls. 1746  
 Rubrica (Prazo: 1 ano)

na unidade de manejo florestal

**7.1.1.e - Prescrições do manejo florestal e suas justificativas silviculturais e ecológicas**

O plano de manejo original (feito para 1.400 ha) recomendava o sistema silvicultural "shelterwood" para a regeneração do mogno. Esse plano consistia em: explorar diversas espécies para abrir o dossel da floresta; esperar a formação de um banco natural de mudas de mogno a partir da abertura do dossel da floresta; explorar o mogno. Esse plano foi abandonado devido a falta de mercado para as espécies que deveriam ser exploradas no primeiro corte.

O plano atual descreve o sistema silvicultural e indica potenciais medidas para estimular o crescimento e regeneração das espécies (por exemplo, corte de cipós e desbastes). O sistema é baseado em cortes seletivos policíclicos e na regeneração natural. O ciclo de corte seria de 30 anos. Os tratamentos silviculturais seriam definidos de acordo com os resultados de estudos sobre desenvolvimento da floresta após a exploração. O crescimento da floresta será medido em parcelas permanentes a serem instaladas ao acaso na floresta. Veja seqüência das atividades na Tabela abaixo.

**Tabela 2: Sequência das atividades previstas em um talhão do projeto Xikrin**

Ano	Atividades
1	Censo das árvores comerciais. Instalação de parcelas permanentes. Corte de cipós em torno das árvores a serem derrubadas
2	Extração da madeira
3	Primeira medição das parcelas permanentes. Tratamentos silviculturais se necessário.
4	Segunda medição das parcelas permanentes.
5	Terceira medição das parcelas permanentes.
6	Quarta medição das parcelas permanentes.
7	Quinta medição das parcelas permanentes.
8	Sexta medição das parcelas permanentes.
9	Censo das árvores comerciais e corte de cipós em torno das árvores a serem derrubadas
10	Marcação das árvores a serem exploradas

Contudo, o plano não reconhece apropriadamente os riscos de falha da regeneração natural. Por exemplo, há uma baixíssima densidade de indivíduos jovens de mogno e da pedrorana, espécies importantes respectivamente em termos de valor e volume na área de manejo.

Nota:	2
Condições	Elaborar um anexo ao Plano de Manejo que considera o risco de falha da regeneração natural de espécies com regeneração escassa e incluir medidas que contornem ou reduzam esses riscos (Prazo: 1 ano)

**7.1.1.f - Taxa e quantidade da colheita de produtos florestais (madeira ou não madeireiros, de acordo com o caso), incluindo volume anual de corte**

A colheita de madeira (m<sup>3</sup>/ha/ano) foi estimada. Entretanto, a coleta de madeira prevista pelos responsáveis do projeto não foi quantificada.

Nota:	2
Condições	Elaborar um anexo ao Plano de Manejo que apresente estimativas da coleta sustentável de castanha e um plano específico de manejo da castanheira (cuja coleta é prevista a partir da abertura de estradas na área de manejo (Prazo: 1 ano)

7.1.1.g - Mapa(s) descrevendo a floresta, incluindo os tipos florestais, compartimentos/blocos, estradas e trilhas de arraste, pátios e locais de processamento, áreas protegidas, áreas ripárias tampão, recursos biológicos ou culturais de caráter singular, e outras atividades planejadas de manejo.

Foram apresentados os seguintes mapas:

- localização regional da Terra Indígena;
- macrozoneamento da Terra Indígena;
- topografia do projeto de manejo;
- localização das parcelas de inventário diagnóstico;
- localização da área de manejo e compartimentos na Terra Indígena;
- localização de parcelas permanentes no compartimento 1; e
- mapa de exploração no compartimento 1 - incluindo estradas, trilhas de arraste, pátios de estocagem e estradas.

Os mapas da exploração no primeiro ano apresentavam erros que estavam sendo corrigidos no campo.

Nota:	3
Recomendações	Acompanhar o mapa do zoneamento geral da Terra Indígena de um texto com metodologia e critérios para o zoneamento das áreas.

7.1.1.h - Descrição e justificativa para o uso de diferentes técnicas e equipamentos de colheita

A exploração é mecanizada, consistindo das seguintes etapas:

- inventário pré-exploratório;
- preparação de mapa exploratório;
- desenho prévio da exploração nos mapas;
- demarcação no campo das estradas, pátios e ramais de arraste, árvores a serem derrubadas;
- derrubada usando motoserras; e
- arraste das toras do interior da floresta para pátios de estoque usando um trator florestal de rodas (Skidder).

Nota:	3
-------	---

7.1.1.i - Procedimentos ou planos para o processamento de comercialização de produtos

Os responsáveis pelo projeto apresentaram um estudo preliminar das opções de processamento e comercialização, considerando as necessidades de capital e o retorno do empreendimento. O plano escolhido para os anos iniciais do projeto é o seguinte:

- contratação de terceiros para exploração e processamento da madeira;
- contratação de terceiro para aplainar e secar madeira;
- vender a madeira para exportador e
- vender parte da madeira (mogno) em toras para produtora de lençóis.



Nota: 3

7.1.1.j - Plano para a monitoração e comunicação

Há um plano para monitoração do desenvolvimento das espécies vegetais de valor comercial a ser executado pelos responsáveis pelo projeto. Além disso, há um convênio com a Embrapa de Belém-PA, para pesquisas sobre a regeneração de mogno na Área. No entanto, inexistente um plano de monitoração de impactos sociais e sobre a fauna. Além disso, falta um plano de comunicação dos resultados da monitoração.

Nota: 2

Condições: Elaborar um plano de monitoração da fauna na unidade de manejo (Prazo: 1 ano)

7.1.1.k - Plano para a monitoração das condições sociais

Crerios sociais foram usados nas decisões sobre o manejo. Por exemplo, a área de manejo e o alojamento da equipe de extração foram localizados distantes da aldeia para evitar contato constante entre índios e trabalhadores de fora. Entretanto, não há um plano explícito para monitorar impactos sociais do projeto. Por exemplo, qual o impacto da construção da estrada de exploração no fluxo de pessoas entre a aldeia e as cidades vizinhas?

Nota: 2

Condições: Elaborar um plano de monitoração dos impactos sociais do projeto (Prazo: 1 ano)

7.1.2 - O Plano é tecnicamente adequado e suficientemente detalhado, de acordo com o tamanho, complexidade e intensidade das operações da OMF.

O plano é tecnicamente adequado e suficientemente detalhado em relação aos aspectos da exploração da madeira. Entretanto, o plano não apresenta estratégias para promover a regeneração de espécies madeireiras importantes cuja regeneração natural é rara (por exemplo, o mogno e a cedrorana). O plano também não apresenta projeções de ciclo de corte com detalhe suficiente sobre o estoque e crescimento após a exploração. Há literatura disponível e trabalhos em andamento na região que poderiam ter sido usados para aperfeiçoar o plano de manejo.

Nota: 2

Pre-condições:

- Elaborar um plano para promover a regeneração de espécies cuja regeneração natural é rara, e incorporar os custos associados nas estimativas de rentabilidade do projeto.
- Projetar ciclos de corte com base em projeções de estoque e crescimento após a exploração.

7.1.3 - A justificativa das prescrições silviculturais é bem documentada, com base, por exemplo, em dados específicos para a área ou análises

publicadas sobre a ecologia florestal e silvicultura locais, e regulamentações do governo.

Não há no plano de manejo informações que justifiquem prescrições silviculturais. Portanto espera-se coletar informações das parcelas permanentes de crescimento para identificar necessidades neste campo a futuro. Um avanço é o convênio realizado com a EMBRAPA para desenvolver estudos de regeneração de mogno, sob diferentes intensidades de aproveitamento, que está próximo de iniciar-se.

Nota:	2
Condições	Elaborar um anexo ao Plano de Manejo que documenta uma justificativa ecológica e silvicultural das prescrições do manejo (Prazo: 1 ano)

7.1.4 - Os recursos e usos de PFNM foram inventoriados e o seu manejo foram considerados explicitamente durante o planejamento.

Existem vários PFNM na área de manejo com uso potencial pois a comunidade indígena caça e coleta produtos da floresta. Foi feito um inventário das castanheiras, mas ainda não foi feito um plano específico do manejo desta espécie. Além disso, inexistente um plano sobre o controle da caça e inventários de outros PFNM.

Nota:	2
Condições	Ver 5.2.3, 6.2.5; 7.1.1.c; 7.1.1.d; 7.1.1.f

7.1.5 - Os mapas mostrados são de boa qualidade e são suficientes para orientar as atividades de campo (veja também o Critério 6.5).

O projeto tem usado uma base rica de mapas para o planejamento geral das operações. Os responsáveis pela operação (atuais técnicos da ISA) detectaram problemas nos mapas de exploração para a área de 1400 ha do talhão 1. Esses mapas têm sido corrigidos no campo e têm servido para a orientação da exploração.

Nota:	3
-------	---

7.1.6 - O plano de manejo ou os planos de colheita ou operacional anual estão disponíveis para os funcionários e são utilizados no campo.

O plano de manejo é disponível para a equipe de campo.

Nota:	3
-------	---

7.2 O plano de manejo deve ser revisado periodicamente para incorporar os resultados da monitoração ou novas informações técnicas e científicas, assim como ser adaptado à novas circunstâncias ambientais, sociais e econômicas.

Nota Critério:	3.5
----------------	-----

7.2.1 - Existe um período de tempo tecnicamente adequado e financeiramente realista para a revisão/ajuste do plano de manejo.

Proc. n° 1376196  
 Fls. 1948000  
 Rubrica

O projeto inicial (~1400 ha) foi adaptado e expandido (para ~438000 ha) entre 1999 e 2000. O plano prevê medições de parcelas permanentes que poderão resultar em adaptações silviculturais futuras.

Nota: 3

7.2.2 - A revisão ou adaptações do plano de manejo (e/ou plano operacional anual) são feitas no período planejado e de forma consistente.

Embora não houvesse um plano de adaptações, o projeto foi ampliado e modificado recentemente. Isso envolveu a elaboração de um plano de negócios, a ampliação dos inventários florestais e a mudança da estratégia de transporte (transporte rodoviário ao invés de fluvial).

Nota: 4

7.2.3 - As revisões do plano de manejo incorporam as mudanças nas condições silviculturais, ambientais, sociais e econômicas.

N/A - a avaliação de certificação ocorreu no ano da primeira exploração, não havendo ainda registro de mudanças silviculturais, ambientais e sociais. Ver item anterior sobre questões econômicas.

7.3 Os trabalhadores florestais devem receber treinamento e supervisão adequados para assegurar a implementação apropriada do plano de manejo.

Nota Critério: 3

7.3.1 - Existem evidências de treinamento formal ou informal no campo.

A operação de exploração é executada por uma prestadora de serviços que foi treinada pelos responsáveis técnicos do projeto (Equipe da ISA). Os trabalhadores florestais confirmaram o recebimento do treinamento. Entretanto, não foi possível presenciar a equipe de extração em operação. A equipe de extração tem tido problemas com a execução pois por três vezes a empresa transferiu funcionários treinados para a extração para outras funções.

Nota: 3

7.3.2 Para grandes OMFs, deve existir um plano formal de treinamento.

N/A

Recomendações	O gerente operacional do manejo deve ter maior autonomia sobre a equipe de trabalhadores de campo. A ISA, CVRD e Associação Bep-Noi devem chegar a um acordo sobre como fazer isso possível na próxima operação de exploração.
---------------	--

7.4 Respeitando a confidencialidade de informações, os responsáveis pelo manejo florestal devem disponibilizar para o público um resumo com os principais elementos do plano de manejo, incluindo aqueles listados no Critério 7.1.

Nota Critério: 3

7.4.1 - A OMF está disposta a disponibilizar um resumo público da certificação da operação de manejo florestal, incluindo um resumo do plano de manejo, tal como exigido pelo SmartWood e pelo FSC.

A equipe técnica da ISA mostrou-se disposta a disponibilizar o resumo público da certificação. Entretanto, a equipe ainda não produziu um resumo sobre o manejo.

Nota:	3
Condições	Elaborar um resumo público do plano de manejo (Prazo: 1 ano)

#### 7.5 Práticas de Manejo Florestal

Nota Critério:	2.77
----------------	------

7.5.1 - A área/volume de corte anual ou outros parâmetros para colheita florestal estão sendo seguidos.

A produção florestal está respeitando o plano.

Nota:	4
-------	---

7.5.2 - As prescrições silviculturais (antes, durante e após a colheita) estão sendo cumpridas.

O corte de cipós antes da exploração previsto no plano foi aplicado no primeiro talhão. Árvores matrizes foram definidas e deixadas. O projeto não prevê nenhum tratamento de enriquecimento florestal. Dado que este é o primeiro ano de exploração, não foi possível verificar a aplicação de tratamentos após a exploração.

Nota:	3
-------	---

7.5.3 - A avaliação de crescimento, estoque e regeneração estão sendo monitorados por um sistema de inventário florestal contínuo e satisfatório.

Parcelas permanentes foram instaladas antes da exploração e está prevista a medição destas após a exploração.

Nota:	3
-------	---

7.5.4 - São feitas avaliações após a exploração para medir o impacto da colheita sobre as árvores remanescentes e à floresta, preferencialmente dentro de 12 meses após a colheita.

Ver item anterior.

Nota:	3
-------	---

7.5.5 - São seguidos padrões de construção, manutenção e de fechamento de estradas no campo.

O desempenho da construção da estrada principal observada no campo é baixo. O cronograma de execução está atrasado dificultando a extração da madeira. Essa situação pareceu estar relacionada a vários fatores. O arranjo gerencial é complicado dificultando a comunicação. A estrada está sendo construída por uma

empresiteira contratada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) que apóia o projeto. A supervisão formal da construção e feita pela CVRD. A equipe da ISA, responsável pelo manejo florestal, supervisiona informalmente a construção, mas tem baixo poder sobre as ações da empresiteira. Técnicos da ISA informaram que suas sugestões não são levadas em conta pela empresiteira ou pela CVRD. Além disso, este ano as chuvas começaram mais cedo do que esperado dificultando ainda mais a finalização do trabalho.

Nota:	2
Condições	Criar mecanismos e instrumentos mais eficientes para cobrar o cumprimento (ou o não cumprimento) de seus acordos com a Companhia Vale do Rio Doce, de forma a ganhar mais autonomia (e responsabilidade direta) no controle e execução das tarefas acordadas. (Prazo: 1 ano)

7.5.6 - As estradas construídas tem rampas/declives e inclinações moderadas.

N/A

7.5.7 - Nenhum resíduo de terra de estrada é colocado em cursos de água.

Resíduos de terra foram observados em vários cursos de água. Veja descrição do problema e condições no item 7.5.5

Nota:	2
Condições	Veja item 7.5.5

7.5.8 - As superfícies das estradas são bem drenadas, providas de bueiros grandes o bastante para evitar a formação de represamentos de água.

Há represamento de cursos temporários de água em vários pontos da estrada. Isso tem ocorrido por que houve atraso na construção da estrada e por que as chuvas têm ocorrido mais cedo este ano. Veja descrição do problema e condições no item 7.5.5

Nota:	2
Condições	Veja item 7.5.5

7.5.9 - São utilizadas técnicas de derrubada direcional.

A derrubada direcional é usada quando possível. Contudo, no caso do mogno, tem sido usada uma técnica de corte para evitar a rachadura pois a madeira desta espécie tende a rachar durante o corte. Contudo, a equipe de campo informou que tal técnica é relativamente perigosa, pois a direção de queda é definida após o início do corte. Infelizmente, não foi possível observar a equipe em operação. No entanto, das entrevistas com a equipe, ficou a impressão que a equipe ainda é inexperiente pois o treinamento foi curto. Além disso, a equipe não usa cunhas, o que poderia dar maior segurança e facilitar o direcionamento da queda.

Nota:	3
Recomendações	Aperfeiçoar o treinamento sobre derrubada. Usar cunhas que podem aumentar a segurança do corte e facilitar o controle da direção de queda.

7.5.10 - As árvores para colheita são marcadas antes da derrubada.

Sim.

Nota:	3
-------	---

7.5.11 - As árvores aptas à colheita futura e as produtoras de sementes são marcadas ou caso contrário, protegidas durante a derrubada.

Somente as árvores para colheita atual e as árvores matrizes são marcadas. Não houve um sistema estabelecido para identificar e marcar as árvores futuras.

Nota:	2
Condições	Elaborar um anexo ao Plano de Manejo que descreve um sistema para marcar pelo menos as futuras árvores a serem protegidas no momento da derrubada. (Prazo: 1 ano)

7.5.12 - Nenhuma derrubada de madeira está acontecendo em áreas de alto risco (por exemplo: solos altamente erosivos ou úmidos) ou dentro de zonas pré-determinadas para proteção de rios e cursos d'água.

A equipe de extração demonstrou preocupação em evitar a exploração em áreas inadequadas. Não encontramos nenhum caso de exploração nessas áreas no campo.

Nota:	3
-------	---

7.5.13 - Nenhuma derrubada de árvores está acontecendo em rampas íngremes (por exemplo mais de 35 graus medidos acima de 50-100 metros) a menos que a OMF tenha visível ou documentada experiência e tenha em uso um sistema ambientalmente apropriado.

N/A - por não existir na unidade de manejo rampas íngremes mais de 35 graus.

7.5.14 - A parte dianteira dos troncos é erguida do solo durante o arraste mecânico.

Sim.

Nota:	3
-------	---

7.5.15 - As trilhas de arraste não excedem 25 graus de declividade, a menos que sejam utilizados sistemas de arraste com cabo ou cabos aéreos.

N/A - por não existir na unidade de manejo rampas íngremes mais de 25 graus.

7.5.16 - As especificações em termos de largura, localização e densidade de trilhas de arraste são respeitadas.

Sim.

Nota:	3
-------	---

#### PRINCÍPIO #8: MONITORAÇÃO E AVALIAÇÃO

A monitoração deve ser realizada - apropriada à escala e intensidade do manejo florestal - para avaliar a condição da floresta, rendimentos de produtos florestais, cadeia de custódia, atividades de manejo e seus impactos sociais e ambientais.

Esta seção enfatiza primeiro a monitoração e depois a cadeia de custódia, isto é, como uma operação mantém o controle sobre o seu inventário de produtos e o manuseio até o momento da venda ou transporte do produto para outras partes fora da floresta. Nestas Diretrizes Gerais, o SmartWood fornece detalhe e cobertura suficiente para que as operações de manejo florestal sejam capazes de receber um certificado combinado de manejo florestal e cadeia de custódia, tal como exigido pelo SmartWood e pelo FSC. Estas diretrizes serão apropriadas exceto sob as seguintes circunstâncias:

1. A OMF tem um processamento no local, que combina o uso de materiais certificados e não certificados.
2. A OMF tem instalações de produção e processamento em vários locais, divisões e/ou em áreas geograficamente afastadas.
3. Existência de questões extremamente complicadas de cadeia de custódia interna para vários produtos, ou existência de riscos para a cadeia de custódia que necessitam um tratamento mais aprofundado.

Se alguma das circunstâncias acima existe, deve ser usado para o processo de CCC "Diretrizes do SmartWood para a Avaliação de Cadeia de Custódia", que é mais detalhado. O líder da equipe de avaliação deve tomar esta decisão, após discutir com o escritório central do SmartWood e consultar a OMF. As questões podem ser direcionadas ao escritório central do SmartWood.

Nota Princípio: 2.59

- 8.1 A frequência e intensidade da monitoração devem ser determinadas pela escala e intensidade das operações de manejo florestal assim como pela relativa complexidade e fragilidade do ambiente afetado. Os procedimentos de monitoração devem ser consistentes e replicáveis ao longo do tempo para permitir a comparação de resultados e avaliação de mudanças.

Nota Critério: N/A

- 8.1.1 - Os relatórios de monitoração fornecem informações precisas e tecnicamente adequadas, de acordo com o tamanho e complexidade da operação.

N/A - há um plano de monitoração da flora, no entanto, como este foi o primeiro ano de exploração, não foi possível observar relatórios de monitoração.

- 8.1.2 - Os relatórios de monitoração indicam como as prescrições do manejo devem ser mudadas, com base em novas informações ecológicas, silviculturais e de mercado.

N/A - Veja item anterior.

- 8.1.3 - Os relatórios de monitoração facilitam uma auditoria eficiente e eficaz e a certificação independente.

N/A - veja item 8.1.1.

- 8.2 O manejo florestal deve incluir a pesquisa e a coleta de dados necessária para monitorar, no mínimo, os seguintes indicadores:

- a) Incremento de todos os produtos florestais colhidos.

- b) Taxas de crescimento, regeneração e condição da floresta.
- c) Composição e mudanças observadas na flora e na fauna.
- d) Impactos ambientais e sociais da colheita e outras operações.
- e) Custos, produtividade e eficiência do manejo florestal.

Nota Critério:	2.17
----------------	------

#### 8.2.1 - Existe um plano para a monitoração e comunicação periódicas.

Existe um plano de monitoração da flora. Porém, não há um plano para a monitoração da coleta de PFNM, caça e dos impactos sociais.

Nota:	2
Condições	Elaborar um plano para monitoração da coleta de PFNM, caça e impactos sociais. (Prazo: 1 ano)

#### 8.2.2 - O plano de monitoração é tecnicamente adequado e identifica/descreve as mudanças observadas em:

Nota (Indicador):	2.33
-------------------	------

##### 8.2.2.a - Silvicultura (taxas de crescimento, regeneração e condição da floresta, em geral como parte de um sistema de inventário florestal contínuo);

Há um sistema de parcelas permanentes aleatórias em intensidade de amostragem de 1 ha para cada 200 ha de floresta explorada. Dada a baixa intensidade de exploração (apenas 6 m<sup>3</sup>/ha) há o risco de que parte significativa das parcelas não seja afetada pela exploração. Desta forma a medição das parcelas não resultaria em uma amostragem suficiente de indivíduos de interesse para projetar o crescimento nas áreas afetadas (isto é, clareiras).

Nota:	3
Recomendações	Monitorar o desenvolvimento da regeneração nas áreas afetadas diretamente pela exploração (por exemplo, estabelecer parcelas permanentes em uma amostra das clareiras abertas pela exploração). Este sistema seria complementar ao sistema de parcelas permanentes aleatórias estabelecidas antes da exploração. Este sistema facilitará as projeções de crescimento da floresta no longo-prazo.

##### 8.2.2.b - Ambiente (mudanças ambientais afetando a flora, fauna, solos e recursos hídricos);

Inexiste um sistema para monitorar a situação da fauna, solos e recursos hídricos.

Nota:	2
Condições	Elaborar um plano de monitoração dos impactos ambientais incluindo fauna, solos e recursos hídricos. (Prazo: 1 ano)

##### 8.2.2.c - Aspectos sócio-econômicos (custos do manejo florestal, rendimento de todos os produtos e mudanças nas relações e condições das comunidades e trabalhadores).

Proc. nº	1376/96
Fls.	1851

A equipe de extração quantifica a exploração da madeira. Porém, inexistente um sistema para monitorar as condições das comunidades. Por exemplo, a abertura de estrada deverá facilitar a saída de membros da comunidade para as cidades vizinhas. Qual será o impacto desta obra?

Nota:	2
Condições	Elaborar um plano de monitoração de custos da extração e das práticas silviculturais. (Prazo: 1 ano)

8.3 O responsável pelo manejo florestal deve fornecer a documentação necessária para que a monitoração e organizações de certificação possam rastrear cada produto florestal desde sua origem, em um processo conhecido com "cadeia de custódia".

Nota Critério:	3
----------------	---

8.3.1 - Existem informações (inventários, medições) sobre o volume e fonte de origem dos carregamentos de matéria prima (toras ou madeira certificada) na floresta, no transporte, nos pátios de estocagem intermediários (pátios de toras), e nos centros de processamento e distribuição controlados pela OMF.

A equipe está quantificando o volume explorado. Entretanto, a auditoria ocorreu antes da comercialização da madeira não sendo possível verificar o controle a partir da floresta. Os executores do projeto mostraram-se comprometidos a efetivar este controle.

Nota:	3
-------	---

8.3.2 - As faturas, recibos e certificados de origem (ex.: Formulário A do GATT) e outros documentos aplicáveis relacionados ao envio ou transporte de produtos florestais são mantidos em uma localização central e/ou facilmente disponíveis para inspeção.

N/A - pois a visita ocorreu antes do comércio da madeira.

8.3.3 - Os produtos florestais certificados são claramente distinguidos dos produtos não certificados através de marcas ou selos, armazenamento separado e documentado, e respectivas faturas ou documentos de embarque. Existe uma marcação ou identificação única dos produtos certificados em todas as etapas do processamento e da distribuição até o momento da venda ou transporte para fora da floresta (até a "porteira") ou para uma terceira parte.

N/A - ver item anterior.

8.4 Os resultados da monitoração devem ser incorporados na implementação e revisão do plano de manejo

Nota Critério:	N/A
----------------	-----

8.4.1 - Uma análise do plano de manejo (o plano ou seus anexos) demonstra que os resultados da monitoração são periodicamente incorporados no planejamento.

N/A - dado que projeto está no seu primeiro ano.

8.4.2 - Existem evidências de que as informações da monitoração são usadas para melhorar o manejo.

Proc. nº	1376/96
Fis.	1852
Rubrica	

N/A - dado que projeto está no seu primeiro ano.

8.5 Respeitando a confidencialidade de informações, os responsáveis pelo manejo florestal devem disponibilizar para o público um resumo com os resultados dos indicadores de monitoração, incluindo aqueles listados no Critério 8.2.

Nota Critério:	N/A
----------------	-----

8.5.1 - Os resultados da monitoração são incorporados nos resumos públicos e outros documentos (veja também a seção).

N/A - dado que projeto está no seu primeiro ano.

#### PRINCÍPIO #9: MANUTENÇÃO DE FLORESTAS DE ALTO VALOR DE CONSERVAÇÃO

As atividades nas florestas de alto valor de conservação devem manter ou melhorar os atributos que definem tais florestas. As decisões sobre florestas de alto valor de conservação devem sempre ser consideradas dentro do contexto da abordagem de precaução.

As FAVC têm uma definição específica dentro do contexto do FSC. A existência de uma FAVC é determinada quando:

- uma floresta contém concentrações significativas, ao nível global, regional ou nacional, de valores de biodiversidade (ex.: endemismo, espécies ameaçadas);
- ocorrência de grandes florestas no plano de paisagem, significativas ao nível global, regional ou nacional, contidas na, ou contendo a unidade de manejo florestal, onde existem populações viáveis da maioria das, se não de todas as espécies de ocorrência natural com padrões de distribuição e abundância naturais;
- elas estão dentro de, ou contém, ecossistemas raros, ameaçados ou em perigo;
- elas fornecem serviços de natureza básica em situações críticas ou únicas (ex.: proteção de bacias, controle de erosão); e,
- ela é fundamental para suprir as necessidades básicas das comunidades locais (ex.: subsistência, saúde) e/ou essenciais para a identidade cultural tradicional das comunidades locais (áreas de significância cultural, ecológica, econômica ou religiosa identificadas em cooperação com tais comunidades locais).

Atualmente, o FSC está instituído um comitê técnico para apoiar os certificadores credenciados junto a ele, no desenvolvimento de procedimentos para uma aplicação mais consistente do conceito de FAVC. Os grupos de padrões internacionais do FSC também estão trabalhando com este tema. Além disso, o InterWood já realizou avaliações de certificação em uma série de áreas com FAVC. As principais aplicações até agora são:

- Devem obter avaliações técnicas, florestais e sociais para determinar a presença de FAVC; e,

Proc. n° 1376/96  
Fls. 1853 pg. 53  
Rubrica

- 2) Os processos de consulta aos grupos de interesse ~~dever ser~~ particularmente sólidos em áreas onde possam existir FAVC.

Na ausência de clareza absoluta em relação aos itens 1) ou a 2) acima, o SmartWood tem tomado uma abordagem extremamente proativa para o processo de consulta aos grupos de interesse e, em particular, para a aplicação dos critérios e indicadores listados abaixo, e na seção 6.0 sobre Impacto Ambiental. A equipe do escritório central do SmartWood deve ser consultada em todas as situações, tanto para dúvidas sobre procedimentos como sobre questões técnicas. Questões relacionadas à escala são de particular importância; não se espera que pequenos proprietários cumpram com as questões de FAVC da mesma maneira que as grandes organizações, mas a conservação dos valores deste tipo de florestas deve ser enfatizada em todos os casos.

Nota Princípio:	2
-----------------	---

- 9.1 **Devem ser realizadas avaliações para determinar a existência de atributos consistentes com Florestas de Alto Valor de Conservação, de acordo à escala e intensidade do manejo florestal.**

Em primeiro lugar tem que lembrar que a equipe avaliadora considera, em função da extensão da área sob manejo, que estamos frente a uma grande OMF, mas por sua vez que em função da escala de operações de aproveitamento, corresponde a uma OMF pequena.

Com respeito às florestas de alto Valor de Conservação (FAVC), a OMF não realizou ainda avaliações internas nem consultas para determinar se a unidade de manejo é considerada FAVC, portanto se considera importante uma ação nesse sentido.

Nota Critério:	2
Condições	Realizar as consultas para determinar se a floresta da unidade de manejo corresponde a uma FAVC. (Prazo: 1 ano)

- 9.2 **A parte de consultas do processo de certificação deve enfatizar os atributos de conservação existentes e as opções para a sua manutenção.**

Nota Critério:	N/A
----------------	-----

- 9.3 **O plano de manejo deve incluir e implementar medidas específicas que assegurem a manutenção e/ou melhoria dos atributos de conservação aplicáveis, consistentes com a abordagem de precaução. Estas medidas devem ser incluídas no resumo do plano de manejo disponível para o público.**

Nota Critério:	2
Condições	De determinar-se que a unidade de manejo é considerada como FAVC, incorporar no plano de manejo medidas congruentes com tal condição. (Prazo: 2 anos)

- 9.4 **O monitoramento anual deve ser conduzido para avaliar a efetividade das medidas empregadas para manter ou melhorar os atributos de conservação aplicáveis.**

N/A - Entretanto ainda na se decidiu se corresponde à qualificação de FAVC.

Nota Critério:	N/A	
Recomendações	Determinar que a unidade de manejo é considerada um FAVC, implementar dentro do sistema de monitoração do manejo, medidas específicas correspondentes a tal condição.	